

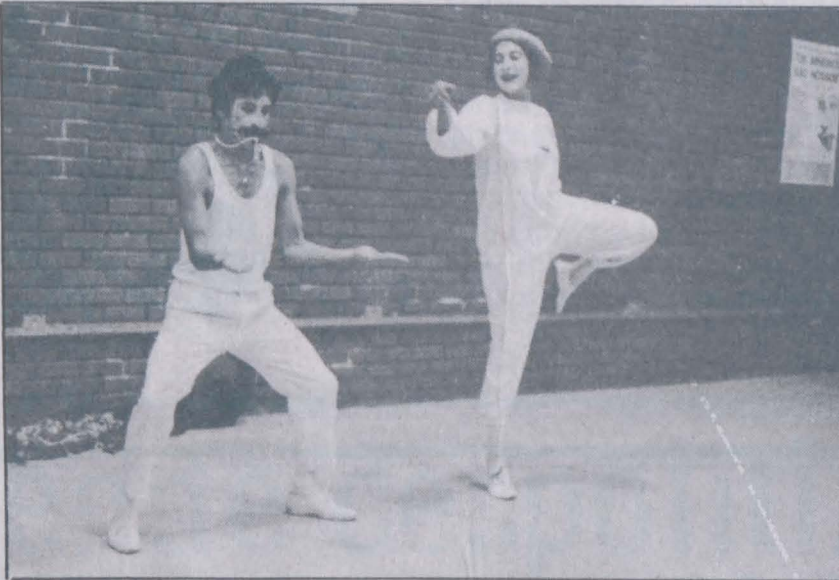
Campus

2ª quinzena de julho de 87 — nº 104

Fotos: Marcus Vinicius



Cena 1: quinta-feira
Local: anfiteatro 9
A passeata veio não se sabe de onde. Mas o barulho foi grande! Trazendo um "carrinho de compras sonoro", o Circo Udi Grudi invadiu o anfiteatro e "arrebentou a boca do balão", provocando a maior batucada e um grande agito na galera. A partir daí, muita palhaçada rolou, e a plateia toda rolava de rir. Os palhaços provaram que são muito mais que ladrões de mulheres. Durante o espetáculo, enquanto um pulava, o outro fazia força para baixo. E o efeito não poderia ser mais constrangedor: um apito denunciava que um gás escapava... E a culpa, quem diria, ficou com o pobre bandejaço, acusado, vejam só, de causar indigestão...



Cena 2 : quinta-feira
Local: anfiteatro 9
Era uma vez uma pulga que participava do Show de Mímica do grupo colombiano La Tarrima. Ao som do apito ela se lançava no espaço, fazia evoluções fantásticas, e caía nas mãos de seu "domador". Rebelde, muitas vezes se perdia entre a plateia, indo se esconder na cabeça de um vovô, ou provocando acessos de coceira num pobre estudante. Depois de levar a maior bronca dos mímicos, a pulguinha resolveu se redimir e começou o seu "Show Atlético". Ela pulou até o teto, fez algumas flexões no lustre e se lançou, de cabeça, dentro do chapéu do seu domador. Infelizmente, o impossível também acontece. Diante de uma plateia atônita, a grande atleta errou o pulo, e morreu... Mas seu enterro foi glorioso, com vários representantes da plateia manifestando seus pesames ao casal de mímicos, inconsoláveis.



Cena 3: quinta-feira
Local: anfiteatro 9
«Todo dia ele faz tudo sempre igual...» E seguindo este espírito, lá se foi o Miquelias Paz pegar o seu ônibus de todo dia. Depois de muita espera, finalmente o embarque. Empurra, esfrega, passa a mão, sobe, sacode, e lá estava o grande mímico arrancando aplausos e gargalhadas da plateia que, naturalmente, já sofreu com os «apertos» de uma simples viagem de ônibus. Mas a apoteose ficou por conta da encenação do Médico e o Monstro. No volante do carro, a transformação! Freadas, curvas perigosas, alta velocidade, sustos e gozação fazem parte da diversão do «monstro». E este é o nosso cotidiano, tão bem representado pelo mímico. O delírio da plateia acaba por soltar vários outros monstros no local. A bruxa e o «Demo» com certeza passaram por ali...

Cena 4: sexta-feira
Local: anfiteatro 14
Todo mundo já teve, certamente, um chatíssimo professor de Química. Soterrados com tanta teoria, muitos alunos pegam verdadeiro asco da matéria. Mas um grupo de estudantes do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, resolveu provar que a teoria, na prática, é outra. E muito mais interessante! Quem teve sorte de conseguir um espacinho dentro do entupidíssimo anfiteatro pôde assistir, surpresa, a uma nova forma de «ver» a química. As crianças ficaram fascinadas com a reação de combustão, ou a «mágica do fogo». Um jeito irreverente de ensinar, usando recursos sonoros, visuais e até mesmo o teatro. Ali, a prática e a teoria andaram de mãos dadas.

Cena 5: quarta-feira
Local: Teatro de Arena
Nem mesmo a maior das assembleias conseguiu reunir tantas Cabeças. O Teatro de Arena acabou se transformando num imenso salão de baile, cheio de energia e animação. O galetíssimo grupo Paletó e Gravata foi o responsável pelo clima de descontração no início do Concerto Cabeças, e atacando de Noel Rosa, Lupicínio Rodrigues e Ary Barroso, fez um divertido show. Depois vieram as bandas de rock Habeas Corpus e Unidade Móvel. Muito som, muitas acrobacias no palco, mas ainda pouca dança. O delírio chegou junto com Renato Matos e a banda Trem das Cores. Todo mundo dançando e cantando: «A gente come, a gente devora, a gente consome tudo que vem lá de fora». Rolou de tudo por lá, até mesmo um show de strip-tease, no qual dois rapazes arrepiaram as menininhas. Além disso, várias poesias anarquistas coloriram o ambiente. Para a nossa tão parada universidade, o Concerto Cabeças deu o que pensar...

Cena 6: terça-feira
Local: anfiteatro 9
Depois de comer um cachorro-quente ou um sanduíche natural e antes de assistir outro simpósio, nada mais gostoso que curtir o som bonito do Trio Artesanal. Por alguns momentos o relaxamento era quebrado pelas palmas, mas a paz tomou conta de quem passou por ali. Violão, violoncello, flauta, piano. Uma viagem que valeu à pena.
(Andréa Quintiero)

Funcionários apóiam ciências. E a greve?

«Sem eles não haveria a reunião», reconheceu Carolina Bori, a presidente da SBPC, ao considerar «decisiva» a posição tomada pelos funcionários da UnB de suspender a greve para trabalhar no encontro. Em um ato de coragem, sensibilidade e de coerência, os funcionários decidiram em assembleia geral manter em funcionamento os setores essenciais para os trabalhos da SBPC, como o bandejaço, vigilância, transporte e manutenção.

A oportunidade de se discutir temas fundamentais para a sociedade brasileira não poderia ser adiada, segundo Vânia Galvão, presidente da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra). «Abria-se um espaço para o debate da Educação no Brasil e nós, como servidores do corpo técnico-administrativo das universidades brasileiras, temos de nos posicionar», disse ela.

Na manhã de segunda-feira, dia 20, cerca de 600 funcionários da UnB e de outras instituições de ensino fizeram uma passeata pelo Minhocão, seguindo depois para o Ministério da Educação. A frente, a «Minhoca Aderente», uma minhoca de sete metros de popeline, feita por dona Carlinda, do bandejaço. «Ministro banqueiro, cadê nosso dinheiro?» — perguntavam os funcionários, aplaudidos por todos os que participavam da SBPC. No domingo, na abertura da reunião, os funcionários puderam falar durante cinco minutos, explicando o movimento, e receberam um minuto de aplausos, de pé.

A realização da reunião da SBPC foi considerada positiva pelo presidente da associação dos servidores (ATAFUB), Rosalvo Pereira Filho, principalmente porque foram discutidos temas importantes para os trabalhadores. Para Rosalvo, a greve não foi suspensa durante a SBPC, já que «nada funcionou, a não ser o essencial para a realização da reunião». «Além disso, o evento foi considerado uma atividade de greve», explicou. (Thereza Tostes).

E não é que a UnB virou uma universidade?

Foi uma grande festa... A 39ª reunião anual da SBPC conseguiu transformar o nosso «velho-campus de todos os dias», num lugar muito mais alegre, descontraído e interessante.

Não faltaram personagens estranhos, visitantes perdidos e alguma confusão. Tudo isso podia até não fazer parte do programa oficial, mas é completamente normal que tenha acontecido assim. Afinal, são os imprevistos que fazem de qualquer encontro, científico ou não, uma coisa mais humana. E essa foi a SBPC que não saiu nos jornais...

Havia gente nos corredores da UnB durante todo o tempo. As pessoas iam e vinham numa agitação meio inédita para seus «frequentadores habituais». Andando pelo Minhocão, não dava para acreditar no que estava acontecendo... Nossa Universidade era, finalmente, o que sempre deveria ter sido: um centro de cultura e discussão.

O «Ceubinho» ficou totalmente descaracterizado. Ao invés das tradicionais rodinhas de truco, dos bate-papos e da costureira paquera, havia livros, livros e mais livros, (que transformação fantástica!!!)

E para quem gosta, havia até cerveja! (caríssima, é verdade, mas ainda assim, foi muito bom poder misturá-la à ciência tradicional). E, em todo o canto, estudantes vendiam bolos, sanduíches e assinaturas da revista Humanidades.

Com o fim da reunião, voltamos à nossa vida normal... Não tem mais «feira», não tem mais programação cultural do Anfiteatro 9 e o Teatro de Arena vai levar muito tempo para ser visitado por tanta gente quanto havia no Concerto Cabeças da última quarta-feira...

E nós, a comunidade «normal» da UnB que esperávamos ver nosso campus de repente «invadido» por algumas centenas de cientistas seríssimos e compenetrados, de repente percebemos surpresas que a nossa velha UnB finalmente aprendeu a sorrir. Afinal, pela primeira vez em muitos anos, ela teve cara, jeito e alma de Universidade. (Giselle Chassot)

Com uma mão na frente e a outra atrás

Uma das maiores polémicas da 39ª Reunião da SBPC foi, sem dúvida, a circulação, sem as quatro páginas centrais, do Correio do Livro, órgão de divulgação da Editora da Universidade de Brasília. As páginas foram retiradas porque, em duas delas, eram apresentadas três fotografias de Gilberto Freyre cercado de alunos na cachoeira de Pacatuba, no Ceará. Todos nus.

As fotos, de Benício Dias, inspiram três textos, dos jornalistas Luiz Martins e Marclio Farias, compoem as páginas centrais do jornal como suporte promocional da reedição, pela editora, do livro «Como e por que sou e não sou sociólogo», de Freyre.

Atentado à liberdade de imprensa? Invasão da privacidade de Gilberto Freyre e seus discípulos? Um deles, Odilon Coutinho, quando consultado pelo reitor Cristovam Buarque sobre a publicação das fotos, deu boas gargalhadas, mas preferiu que não fossem publicadas. Buarque consultou também Fernando Freyre, (filho de Gilberto, então já internado em estado de coma) e ele pediu para ver as fotos antes de serem publicadas.

Segundo o editor José Humberto Mancuso, havia necessidade de se fazer textos eruditos para contrapor às fotos. O texto de Marclio Farias, mais filosófico, precisa de bastante atenção na digestão. Já o de Luiz Martins é mais acessível ao leitor. Ambos, porém, contrariam a imagem de Gilberto Freyre, conhecido como um dos primeiros terço-mundistas a ver o Terceiro Mundo com olhos de Terceiro Mundo.

Mas, como diz Mancuso, a intenção, a partir das fotos, desnudar o homem brasileiro de uma forma natural. (Thereza Tostes)



A descontração ficou por conta da cerveja e do cachorro

A grande festa de artistas e camelôs

A 39ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência trouxe para Brasília, além dos esperados cientistas, muitas pessoas que tentaram, durante esse período, divulgar a sua arte ou vender os seus produtos.

A SBPC virou uma feira livre. Os barraqueiros se amontoavam nas entradas sul e norte do minhocão — lugares de maior concentração — e apregoavam suas mercadorias. O espaço era livre, quem estivesse a fim era só montar a sua barraca e vender o seu «peixe». Mas os reclamantes falavam do cheiro de cachorro quente em suas camisetas, ou que a arte postal não combina com pastel de carne moída.

Postais poéticos

Uma figura que marcou presença na SBPC foi o poeta e escritor Milton Aguiar, que montou o seu stand na entrada sul do minhocão, onde vendia postais poéticos e camisetas com trabalhos em serigrafia. Ele veio da cidade de Lins, interior de São Paulo, para divulgar a sua arte e a de alguns outros poetas e cartunistas.

Milton Aguiar iniciou sua carreira como poeta em 79, publicando vários livros de poesia alternativa, que ele mesmo produzia. Em 84, deixou de lado a poesia e passou a produzir postais poéticos. Ele se considera um pioneiro na confecção de arte postal. Começou com quatro modelos e hoje são 85, que ele vende e divulga pelo País e pela América Latina. Aguiar ainda define o papel do artista: «Um andarilho que tem por função a arte e a divulgação de seu trabalho pelo mundo inteiro».

Milton fala também da concorrência desleal que está havendo por parte de «piratas culturais». «Cada um vende o que está a fim, mas é preciso que as pessoas não

sejam enganadas, pois arte é uma coisa e reprodução sem autorização do autor, é pirataria».

Cachorro-quente

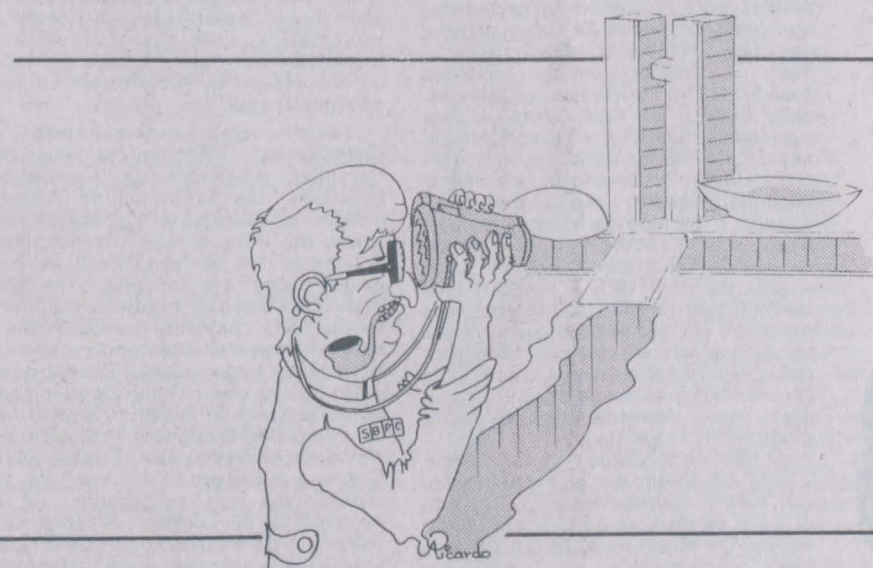
Se um professor de curso técnico neste País já é um personagem sui generis, imagine então o que seja encontrar esse mesmo professor vendendo cachorro-quente durante a última reunião da SBPC... Parece estranho? Mas foi assim mesmo que descobrimos o professor Almir Nascimento Baptista — hoje mais conhecido como «Tio Mimi».

Baptista era professor de Edificação no Senai até 1985. Ele nos conta que quando a crise da construção civil chegou já havia problemas de relacionamento entre ele e o supervisor da escola. Alguém ia ter que sair, e a ver outro colega demitido, «Tio Mimi» preferiu ele mesmo ser dispensado.

Saindo do Senai, o já então ex-professor resolveu tentar a sorte em sua chácara, mas perdeu toda a colheita por causa de uma praga que atacou a plantação. Foi então que o diretor do Senai, Nivaldo Ribeiro, surgiu com a ideia do cachorro-quente. A partir de um empréstimo do diretor, «Tio Mimi» montou o seu negócio. Ele se diz muito satisfeito com a «nova vida» e afirma que não está longe das escolas «porque lá é que está a minha freguesia», comenta.

Com as férias escolares, «Tio Mimi» descobriu a SBPC. Simpático, ele afirma que a reunião não trouxe o lucro esperado, embora a sua carrocinha estivesse sempre com um freguês aguardando.

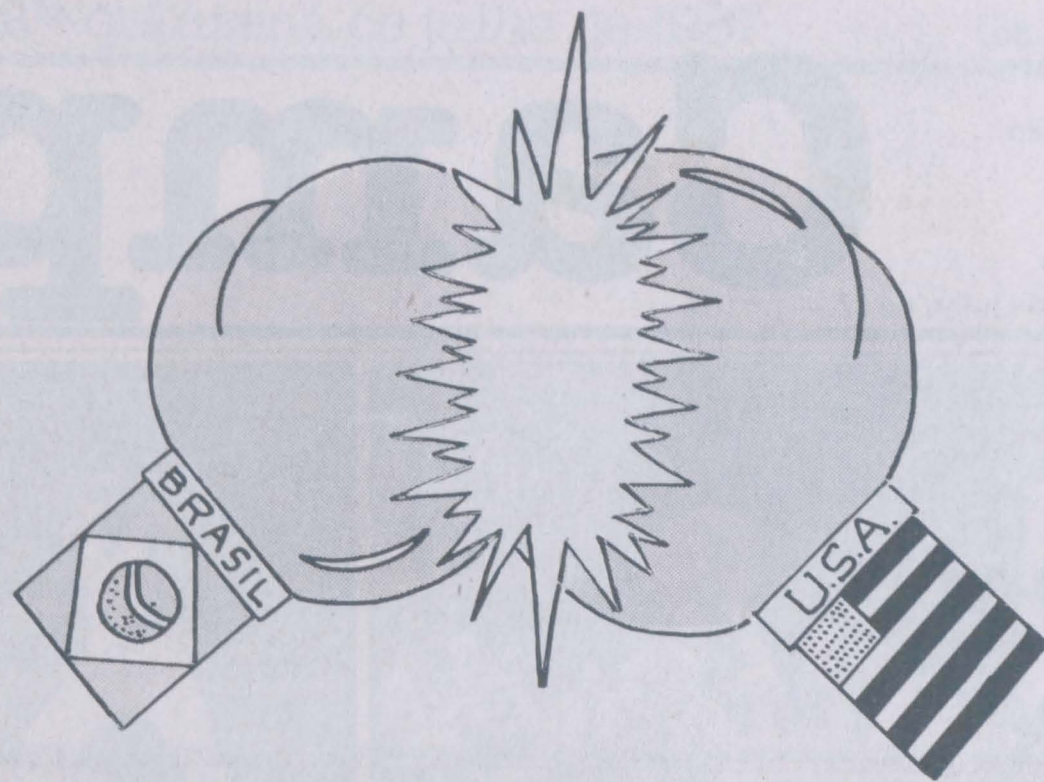
O antigo professor afirma sentir muita falta da relação de carinho que havia entre ele e seus alunos, mas diz que não pretende voltar às salas de aula: «Não compensa». (Giselle Chassot e Valéria Borges).



O reitor da USP e ex-presidente da SBPC, José Goldenberg prega uma «despolitização» da entidade, que deveria segundo ele, estar mais voltada para os interesses da «ciência e dos cientistas». Na página 3 está a opinião de Goldenberg e dos que dele discordam. Nas páginas 4 e 5, alguns dos principais expoentes da 39ª Reunião Anual discutem sobre questões de política, de ciência e tecnologia.

Os temas e as conclusões foram os mais diversos: energia nuclear sim, mas sem a bomba; Aids, a peste dos anos 80, a esquerda gosta mesmo de Brasília; não há democracia na comunicação; o fumo só faz bem aos que o produzem e à Receita Federal. Os simpósios e debates da SBPC estão nas páginas 6, 7 e 8.

A SBPC se reúne em um momento extremamente importante da vida nacional. A proximidade da constituinte obriga a que temas decisivos da trajetória do País sejam analisados e definidos pela comunidade científica. Uma questão de estratégico valor é a da reserva de mercado e suas conseqüências no futuro que hoje se constrói. A lei de informática, as joint-ventures tecnológicas, os direitos autorais em software, a extensão da reserva para a química fina e biotecnologia, as ameaças de retaliações comerciais pelos Estados Unidos. Toda uma gama de questões que vão marcar definitivamente o país que se pretende livre, soberano e democrático.



RESERVA DE MERCADO

A batalha pela autonomia tecnológica

Ricardo Miranda Filho

Protecionismo não é privilégio nosso

A reserva de mercado tem sido um tema que provoca grandes divergências e inflamadas polémicas. Desde outubro de 84, quando o Congresso Nacional, por voto de liderança, aprovou a Lei de Informática, o País se envolveu numa briga comercial com os Estados Unidos, expandiu a indústria nacional de computadores e levantou muita poeira em um assunto que poucos realmente conhecem.

Na verdade, essa rota adotada pelo Governo teve seus primeiros passos ainda em 1977, quando se suspendeu as importações de micros e minicomputadores. Pouco depois, o Governo proibiu a fabricação de minicomputadores por companhias de capital estrangeiro, que só ficaram com o direito de produzir computadores de grande porte. O golpe final nas pretensões das empresas estrangeiras que já cobravam um mercado potencialmente apetitoso foi dado com a Lei de reserva de mercado, que nos seus 46 artigos e dois anexos fixa um prazo de oito anos em que somente empresas nacionais poderiam usufruir do vasto setor de micros e minicomputadores.

Foi demais para o Governo dos Estados Unidos, que em setembro de 85 abriu um processo de investigação contra o Brasil por práticas desleais de comércio internacional. Foi o início de um confronto, que no campo diplomático era contornado por reuniões entre o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e o chefe da assessoria especial da Casa Branca para assuntos de comércio internacional, Clayton Yeutter. Foram, até o final de junho último, sete reuniões, até a recente suspensão da ameaça de retaliações comerciais.

"Se nós tivéssemos feito uma política firme de apoio e fomento à informática nacional desde os anos 60, como o Japão fez, nós não precisaríamos no fim da década de 70 lançar mão de um instrumento tão drástico como é a reserva de mercado", explicou, numa das palestras para os cientistas da SBPC, o secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, economista Luciano Coutinho. E completou, lançando farpas no senador Roberto Campos (PDS-MT), um dos mais ferrenhos críticos da reserva de mercado: "Se o senhor Roberto Campos, quando foi ministro do Planejamento, todo-poderoso, tivesse incentivado a indústria nacional de informática, a reserva poderia não ser necessária".

Reinaldo Guimarães, diretor do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia encarregado de administrar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional, também faz ácidas críticas ao polémico senador: "A direita no Brasil é um grande circo e o senador Roberto Campos é certamente o 'clown' (palhaço) hoje em dia. Ele nem no âmbito da direita é o sujeito com melhores ideias. Ele não é o homem mais conseqüente. Toda e qualquer iniciativa em defesa da economia brasileira, ele se posicionou, se posiciona e se posicionará contra. É irrelevante".

O artigo da Lei de reserva de mercado que mais tem despertado os opositores dessa prática protecionista é o 12. Ele limita associações entre indústrias estrangeiras e nacionais na área de informática, proibindo que os sócios estrangeiros entrem apenas com o dinheiro, restringindo em 30% o capital internacional e privilegiando a parte nacional com o controle da tecnologia. É uma ducha fria nas pretensões de se estabelecer as chamadas "joint-ventures" tecnológicas.

Outro assunto delicado: a proteção dos direitos autorais (copy-right) dos programas de computadores, os software. O Palácio do Planalto, pressionado pelas ameaças de Washington, elaborou e enviou ao Congresso o projeto de lei de software, garantindo aos autores dos programas que seus direitos de propriedade serão respeitados. O projeto já foi aprovado na Câmara e caminha agora para o Senado.

As pressões americanas contra a reserva de mercado da nossa emergente indústria tupiniquim levantam as pontas de uma questão séria e delicada. As tais práticas danosas aos interesses americanos não são de maneira alguma manobras comerciais inéditas. Basta examinar a história mercantil dos povos para verificar que a reserva de mercado e o protecionismo são moedas correntes nos jogos que se travam no competitivo cenário do comércio entre nações. É o que explica Reinaldo

Guimarães, do FINEP: "O Japão, durante muito tempo, esteve passos atrás dos Estados Unidos e da indústria européia em relação a uma série de produtos, entre os quais eletrônica e informática. Fez uso da reserva de mercado. Primeiro copiou, depois começou a fazer cópias melhores que os originais e hoje faz computadores originais sem precisar copiar".

Essa mesma argumentação é feita pelo sociólogo e deputado Florestan Fernandes (PT-SP) outro nome de destaque na SBPC. "É preciso imitar os Estados Unidos do passado, o Japão do passado, a Alemanha do passado, que se rebelaram contra as chamadas leis do livre comércio e exigiram um mínimo de proteção para o desenvolvimento interno e se voltaram a leis que seriam capazes de proteger a expansão industrial". O risco de retaliações por parte de países prejudicados com a reserva não parece assustar o presidente do PT, Luís Inácio 'Lula' da Silva (PT-SP). "O que precisa ser levado em consideração é a pressão do poder econômico internacional. Tanto faz que seja Estados Unidos, Japão ou França. Qualquer país que pressionar o Brasil na verdade estará se contrapondo à nossa vontade, à nossa soberania".

Essa visão da preservação da informática como elemento fundamental da segurança nacional revela outro aspecto importante: a presença dos militares no setor. É o que analisa Reinaldo Guimarães: "Os militares ajudaram muito no desenvolvimento do setor de informática e microeletrônica no Brasil. Os primeiros produtos na área de informática, os primeiros computadores no Brasil, decorreram por necessidade da Marinha, que precisava equipar, ter peças de substituição, equipamentos eletrônicos, unidades de processamento, para as fragatas que nas décadas de 60 e 70 foram compradas. A Aeronáutica, na área da indústria aeronáutica, teve um papel muito importante. E uma indústria de sucesso no Brasil, ao contrário da indústria automobilística, onde nós fazemos o carro, mas não existe um único projeto brasileiro. Na área de aviação tem o Xingu, o Brasília, o Bandeirante, o avião a jato em construção. Estes são projetos brasileiros. Desde a década de 50 que o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) começou a formar gente para isso". Reinaldo completou, alinhando: "Acho muito bom o militar envolvido em tecnologia. Acho que é uma boa função para eles. Melhor do que outras". Contribui para o tema o fato de que a SEI (Secretaria Especial de Informática), órgão encarregado de gerenciar a política de informática do País, conta nos seus quadros com muitos militares, inclusive seu presidente atual, capitão-de-mar-e-guerra reformado José Ezil Veiga da Rocha.

Mercado nacional é patrimônio maior

"A SBPC já se posicionou claramente a favor da reserva de mercado de informática. Nós nos manifestamos várias vezes sobre esse tema, apoiando as iniciativas do ministro (da Ciência e Tecnologia) Renato Archer e agora defendemos essa ideia de que o mercado brasileiro deve ser um patrimônio nacional". Com essas palavras firmes a presidente da SBPC, a psicóloga Carolina Bori, definiu a opinião da entidade sobre o assunto. Com ela concorda um ex-presidente da SBPC, o professor em fisiologia Wilson Teixeira Beraldo, para quem o importante é "proteger o mercado nacional".

O representante do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura nessa 39ª SBPC, professor Oscar Sala, embora ache a reserva de mercado "uma ideia válida", tem uma ressalva a fazer: "A reserva deve ser feita concomitantemente com uma certa proteção de preços ao consumidor. Os preços dos produtos nacionais devem ser razoavelmente competitivos. A reserva de mercado na informática foi feita de uma forma um pouco exagerada, porque o consumidor não foi protegido. Os produtos nacionais adquiriram preços três, quatro vezes superiores aos do mercado internacional". Esta realmente é uma das críticas feitas à reserva de mercado. Outras como o atraso tecnológico, o contrabando de micros e componentes, a retração do investimento estrangeiro, se somam à ideia básica daqueles que insistem no fim ou abrandamento da reserva nos moldes atuais. Compara-se a reserva na informática a uma estufa. Uma situação artificial criada para a empresa nacional, que não sobreviveria no oxigênio da livre competição com empresas multinacionais.

O diretor da FINEP, Reinaldo Guimarães, classifica a reserva de mercado como "um instrumento absolutamente estratégico para o País se capacitar tecnologicamente". E continua: "Estamos muitos passos atrás dos países centrais em termos de tecnologia e isso vai ocorrer durante um longo tempo. Se não tivéssemos a reserva, se a IBM (maior fabricante de computadores em todo o mundo, inclusive no Brasil) dominasse o mercado brasileiro, poderíamos estar montando aqui o computador de última geração. Mas, do ponto de vista de capacitação tecnológica, nós estaríamos muito mais atrás do que estamos hoje, mesmo fabricando computadores que não tenham tanta sofisticação tecnológica. Estamos passos atrás, mas a tendência é que cheguemos mais perto".

Para o secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, "a lei de reserva de mercado é um instrumento de negociação". E explicou: "O Brasil se defronta com constrangimentos muito fortes ante a sua soberania. O País deve ser um protagonista e não um usuário passivo. Deve ingressar no século XXI de maneira não caudatária. O País deve importar tecnologia, mas para dominá-la, adaptá-la e dar passos adiante por sua própria capacidade". Coutinho, que fez questão de dizer que foi uma das pessoas que, como professor universitário, colaborou na elaboração da Lei de Informática, afirmou que o Governo deveria investir pelo menos 2% do PND (Produto Nacional Bruto) em ciência e tecnologia.

O antropólogo Gilberto Cardoso Alves Velho, da UFRJ, advertiu para que não partamos para "uma política excessivamente protecionista, que possa nos isolar de outros centros que têm, também, contribuições a dar". A preocupação do sociólogo José Albertino Rodrigues, da Universidade Federal de São Carlos, é com a pesquisa científica e tecnológica de base. Para ele, se não fincarmos uma raiz no desenvolvimento de uma ciência nacional, teremos sérios problemas quando o período da reserva acabar. Com isso concorda o economista Cristóvam Buarque, reitor da UnB e anfitrião da SBPC. "A reserva de mercado não deve ser eterna. Chega um momento em que se pode concorrer internacionalmente", resume. Ele concorda sem ressalvas com a atual Lei de Informática, por ser "a única forma de usar nosso mercado como elemento dinâmico da indústria".

O líder do PT, Lula, vai mais longe: "Tudo aquilo que é considerado essencial para o desenvolvimento do ponto de vista estratégico do País precisa ter reserva de mercado. Acho que um país para ser grande não pode ser vulnerável em algumas coisas importantes como a informática, a química fina e outros produtos. Sou amplamen-

te favorável a que se amplie a reserva de mercado". Com essa frase, Lula tocou num ponto já sensível aos setores envolvidos: a extensão da política de reserva de mercado para outras áreas do interesse nacional.

"Cada caso é um caso especial, mas na química fina eu sou em princípio favorável", revelou o reitor da UnB. "Eu não generalizaria a política de reserva de mercado, de forma indiscriminada. Tem de haver muita reflexão, muito exame", aconselhou Gilberto Velho. "A expectativa é de que a reserva se estenda para outros setores. Os setores de ponta têm de ser protegidos", opinou José Albertino Rodrigues. Por outro lado, mais comedido, Luciano Coutinho acha que "a reserva de mercado, sendo uma exceção, não deve ser generalizada. Deve ser utilizada onde o interesse estratégico do País recomende e onde outro tipo de política, menos drástica, não consiga alcançar resultado". Ele acha o atual estágio nesses campos ainda frágil para que se recomende a reserva. "Em biotecnologia e novos materiais a reserva de mercado é desnecessária", sentenciou.

O físico nuclear Luis Pinguelli Rosa, da UFRJ, um dos mais ativos cientistas da SBPC, expôs o seu ponto de vista: "Não devemos ter a ilusão de que seria possível fazer uma reserva total de mercado. Seria uma economia fechada, e somente em casos de revoluções, guerra, se imagina uma coisa assim. Não desejamos nada disso. Queremos é a possibilidade de, seletivamente, por uma política de governo e por interesse da sociedade, fazer reserva nos setores de tecnologia essencial para ser dominada". E especificou: "Como se fez com a informática, se poderia fazer talvez com a química fina, em parte na biotecnologia ou na petroquímica. O primeiro da reserva de mercado não deve ser restrito à informática".

Reinaldo Guimarães, do FINEP, destaca que no caso da reserva para a informática, uma série de condições contribuíram para seu êxito indiscutível. "Houve um grande investimento passado em pesquisa nessa área. Desde a década de 50 algumas universidades no Brasil, como a USP, a PUC, a UFRJ, mais tarde a Unicamp, fizeram grande investimento em formar gente". Além disso, explica ele, aconteceu uma "feliz interação entre as pesquisas feitas nas universidades e institutos de pesquisas e a formação de pequenas empresas" do setor. E conclui: "Isso fez com que houvesse um conjunto de circunstâncias que levaram ao sucesso da política de reserva de mercado para a informática. Isso não pode ser transposto mecanicamente para outras áreas, como biotecnologia ou química fina. Na área de química fina, na minha opinião pessoal, uma reserva de mercado teria uma grande chance de não dar certo. Por falta de pesquisadores, que são retirados das universidades pelas empresas que pagam melhores salários".

Dentro dessa linha de raciocínio, Ângelo da Cunha Pinto, diretor de pós-graduação do Instituto de Química da UFRJ, alerta que "se o País quer realmente uma independência tecnológica em biotecnologia e química fina, vai ter de investir não só dentro das universidades, como também auxiliar a pequena empresa brasileira". Ele tem alguns receios sérios quanto à reserva de mercado nos moldes da informática: "A química fina tem uma série de particularidades em relação à informática. Não há como fechar totalmente o mercado. O País depende da importação de certos materiais que não produz aqui".

Temor maior demonstrou o professor da UFRJ, Antônio Paes de Carvalho, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia e presidente da Biomatrix, braço de biotecnologia da empresa Agrocere. "A posição da Abrabi é a de que a reserva de mercado, no sentido estrito, tal como ela é aplicada na informática, será altamente desinteressante para o desenvolvimento da empresa nacional de biotecnologia. Ela não quer e não precisa disso. O que ela quer é um amplo sistema de incentivo à presença do capital efetivamente brasileiro na atividade biotecnológica. E quer que o Governo brasileiro, toda vez que se transforma em comprador, dê a preferência de compra às empresas nacionais de biotecnologia, desde que estejam colocando no mercado produtos de qualidade pelo menos tão boa quanto produtos que possam ser importados".

Cientistas receiam Carta detalhista

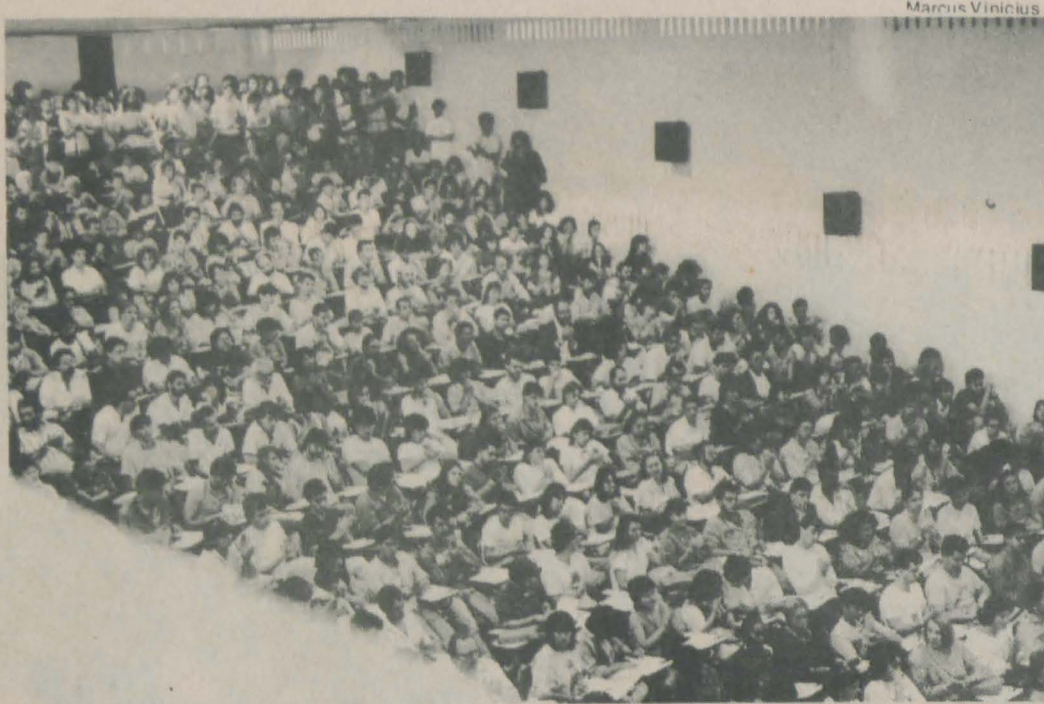
Os cientistas que participaram da 39ª Reunião da SBPC tinham um ponto em comum e muitas dúvidas. Em comum a crença de que a Constituição que está sendo elaborada, de caráter nitidamente conservador, deve conter nas suas letras a preocupação com o desenvolvimento científico e a autonomia tecnológica do país. No que se refere à reserva de mercado, as opiniões se dividiram quanto à conveniência de se explicitar a reserva de mercado como instrumento de preservação do mercado nacional e valorização da indústria brasileira ante o avanço do capital multinacional em setores estratégicos.

O texto constitucional começou bastante progressista, determinando que a "reserva de mercado interno" poderia ser usada para garantir "o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da nação e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação". Recuou para "mecanismos temporários de reserva de mercado" até que, na Sistematização, não se fala mais no assunto.

O sociólogo Florestan Fernandes, numa palestra sobre os cientistas na Constituinte, uma das mais concorridas da SBPC, revelou o seu desencanto com a futura carta. Para ele, "a Assembleia Nacional Constituinte, um campo de lutas de classes, representa a sociedade de cabeça para baixo". Sua pretensão era tratar da reserva de mercado "a nível constitucional e a nível de lei ordinária". E explicou, fazendo uso de suas convicções socialistas: "Atualmente a legislação é deficiente. Em termos de proteção do mercado interno muito se depende do que for incluído na Constituição. Daí a preocupação das multinacionais e dos países capitalistas hegemônicos e da superpotência, os Estados Unidos, que realmente querem manter o Brasil numa situação de dependência permanente". Dele discorda Cristóvam Buarque, que preferia ver o tema tratado nas disposições transitórias.

Já o sociólogo José Albertino Rodrigues, acha que "é indispensável um princípio que permita ao país, no momento que julgar adequado, estabelecer um mecanismo desse", embora não esteja certo de se tratar de matéria constitucional". A Constituinte deve ter a preocupação em defender a ciência brasileira. Não devemos adotar uma atitude xenófoba", avisa o antropólogo Gilberto Velho. Por essa via também trafega o químico Ângelo Pinto: "Na medida em que o país se industrializa, também procura o mercado externo. Nesse aspecto não seria caso de Constituinte, mas de lei ordinária". Oscar Sala faz coro; vendo o tema como "muito dinâmico". Outra voz comum é a do presidente da ABRABI: "A Constituinte certamente não deveria incluir a reserva de mercado (no campo da biotecnologia) e já há um consenso bastante extenso de que a reserva qualifica para as áreas para onde ela já foi definida. São casos muito especiais. Para a atividade empresarial geral e para a área de biotecnologia não há nenhuma necessidade disso", define Antônio Paes de Carvalho.





Quando mais de 10 mil pessoas de diferentes áreas de conhecimento se reúnem para discutir os mais variados temas, uma questão se sobrepõe: é possível desvincular o debate científico do contexto social e político do país? A SBPC trouxe essa questão à tona e dividiu opiniões. Uma corrente defende que a discussão seja exclusivamente "acadêmica e científica", enquanto a própria presidente da SBPC não desvincula o fato científico do momento nacional. Um balanço final desta 39ª reunião, aponta para uma tentativa de despolitização do evento, com a hegemonia crescente das ciências exatas.

Goldenberg defende despolitização da SBPC

Telma Regina Pavarino

«A SBPC tende a voltar à sua primeira fase, de ciência pura e de defesa dos cientistas. A discussão política vem diminuindo consideravelmente e essa volta é positiva, uma vez que há outros canais como sindicatos, ANDES, UNE, que defendem os grandes temas políticos». Essa opinião é do reitor da USP, José Goldenberg, que definiu a fase atual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da qual é um dos presidentes de honra.

Fundada em 1948, a SBPC, de início voltada apenas para as ciências exatas, passou por três fases marcantes: a primeira, em que a Sociedade era fundamentalmente acadêmica. Nessa fase, as ciências exatas exerciam um papel dominante. A SBPC, basicamente científica, era uma organização de defesa dos cientistas.

Numa segunda fase, a partir do início da década de 70, a SBPC passou a dar maior ênfase às ciências humanas, refletindo grande parte dos problemas nacionais, numa tentativa de resistência ao autoritarismo. Nesse período, de regime militar, ampliou-se a área de atuação da entidade, e sua influência nas críticas às decisões políticas do País tornou-se marcante. A SBPC era um dos poucos espaços onde se podia exercer a liberdade de crítica sem o crivo da censura.

A fase atual, pós-Nova República, parece ir na direção ao que defende José Goldenberg, de «defesa da ciência», dando menor atenção para as questões políticas.

Mas o professor Ennio Candótti, vice-presidente da SBPC, discorda do reitor da USP. Na sua opinião, separar a ciência da política é um grande equívoco: «Essa separação pode nos levar a desenvolver uma ciência pouco atenta aos grandes problemas do País». Para o professor Ennio, o

casamento da ciência e da política é condição necessária para que a Sociedade Científica tenha meios de responder aos anseios da sociedade: «Hoje, o impacto que a ciência promove no homem, na sociedade e no meio ambiente alcança milhões. Esse distanciamento não é compatível com a produção científica. E eu, como vice-presidente da SBPC, tudo farei para que essa fase não volte a existir».

Na opinião do reitor da UnB, Cristóvam Buarque, na primeira fase os cientistas não tinham perdido a inocência. O golpe militar fez despertar o espírito crítico dos cientistas. A terceira fase, muito diferente da primeira, vai fazer com que eles tenham mais tempo para discutir os grandes problemas do País: «Só que o tema político não será mais a resistência ao autoritarismo, e sim como usar corretamente a ciência na construção de uma nova sociedade». Cristóvam afirma ainda que é impossível se voltar ao princípio: «A ciência foi desvirginada. Agora devemos exercê-la com amor».

Para Carolina Bori, presidente da SBPC, a Sociedade sempre foi científica e pelo fato de congregar cientistas sociais, há discussão em torno dos problemas nacionais. Concorde com a presidente da entidade, Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da ANDES e o atual diretor da COPPE, Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ, acredita que a SBPC tem que ser em boa parte acadêmica, sem deixar de lado as grandes questões políticas: «A reunião da SBPC é um evento político sobre ciência. Ela tem o lado acadêmico, de iniciação científica, principalmente para os jovens que estão se iniciando na ciência. Mas acima de tudo, é um momento político fundamental. É falta de vivência de quem acha o contrário».

brasileiras, no caso das engenharias, seria muito grande».

Critérios

No entanto, a existência de recursos não garante necessariamente a aprovação do projeto. Conforme Albertino Rodrigues, sociólogo e professor da Universidade Federal de São Carlos e membro da Comissão junto à Constituinte da SBPC, «inexistem critérios claros de seleção, por não haver uma política para o setor. Dependemos de pessoas. Se amanhã, sai o Renato Archer do Ministério da Ciência e Tecnologia, a política muda, e temos de nos adaptar. E, sem sombra de dúvidas, a maioria dos cientistas concorda que a solução desses problemas talvez comece a ser encaminhada a partir do momento em que a comunidade científica tenha voz e voto nas decisões políticas do setor. Albertino Rodrigues constata que ninguém melhor que os próprios cientistas para vislumbrarem e construírem alternativas sólidas.

Em termos estruturais, essa situação se reflete na Constituição do Ministério da Ciência e Tecnologia, e suas relações com o Ministério da Educação. Gilberto Velho, antropólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e atualmente membro do Conselho Consultivo do CNPq analisa que a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia originou um espaço contraditório. De um lado, foi um avanço para valorizar a ciência brasileira. Mas, de outro, constatou-se um assédio político ao Ministério, subordinando-a a interesses estritamente político-partidários imediatistas, por exemplo, quanto à disputa de cargos. Além disso, uma superposição de funções de um órgão sobre o outro, cujo exemplo mais gritante é a distribuição de bolsas, sob a responsabilidade da Capes e CNPq, completa a lista dos problemas do setor.



Já na abertura da 39ª Reunião da SBPC foram poucas as referências ao contexto social e político brasileiro

Ciência neutra: prós e contras

Ana Helena Rossi

Ciência e Política. Quais suas relações e como interagem? Essa discussão foi a marca registrada da 39ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC — realizada no campus da Universidade de Brasília, do qual participaram mais de 10 mil pessoas. Como pano de fundo, uma antiga discussão: a ciência deve ser neutra, objetiva, distanciada dos movimentos sociais, e voltar a se trancar nos laboratórios de onde sai todo o conhecimento pronto e acabado? Ou cabe à ciência assumir seu papel histórico de apresentar, na medida do possível, soluções científicas aos problemas existentes na sociedade brasileira, que assolam a população de Norte a Sul, como a Educação, a Saúde, a Questão Indígena, a Preservação do Subsolo, que são de extrema importância para o futuro do Brasil. Aparentemente neutra, essa discussão já é em si política, pois implica em questionar o espaço da ciência na sociedade atual, e mais do que isso, o envolvimento concreto da comunidade científica nacional para ajudar encaminhar problemas profundos.

De um lado, o grupo de cientistas que não quer despolitizar a reunião. Luiz Pinguelli Rosa, físico e ex-presidente da ANDES levanta que está em jogo o próprio caráter da entidade. Lembra que a SBPC passou por três fases, desde que foi criada em 1948. A primeira de ciência pura, trancafiada a sete chaves nos laboratórios; a segunda de resistência à ditadura militar, que engrossou as passeatas no embate político contra os militares. A terceira é o momento atual, no qual a entidade, sem perder suas discussões acadêmicas, também configura-se num espaço político por excelência, por discutir as questões da política científica e tecnológica. «A SBPC sempre teve características acadêmicas. O fato de dizer que ela era acadêmica é uma imaturidade, fruto da visão de pessoas que não entendem o momento atual, e vivem num saudosismo não benéfico», acrescenta.

Sadi Dal-Rosso, presidente da

Associação dos Docentes da Universidade de Brasília e ex-vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior acrescenta que se observa uma mudança de direção e de rumo da SBPC no sentido de despolitizá-la. Na sua visão, isso ocorre pela aproximação de setores dirigentes da SBPC com as linhas governamentais de política científica e tecnológica, a quem não interessa uma entidade crítica, levantando arestas e problemas à atual política governamental. Reconhecendo tal situação, João Luís Homem de Carvalho, agrônomo e coordenador regional da SBPC-DF, enfatiza que existe um divórcio entre a entidade e o Governo, já que não pretende, de maneira alguma ficar à mercê do Governo. «Queremos ter uma postura independente do Governo. Elogiar e criticar quando for preciso», finaliza.

Essa sutil, embora firme tentativa de dirigir o barco em direção a águas menos turbulentas, distantes principalmente da Constituinte, manifesta-se quando manifestações de massa são repetidas vezes esvaziadas em função de posicionamentos de cúpula, conforme ocorreu com a entrega da Carta da SBPC à Constituinte. O desenvolvimento científico e tecnológico é pré-condição para o desenvolvimento econômico e social, baseado na promoção da pesquisa básica feita com autonomia, no estabelecimento de uma política científica e tecnológica, cujos princípios gerais sejam explicitados no texto constitucional, define o documento. Com relação a esse episódio, Angela, representante da União Nacional dos Estudantes, avalia que não houve interesse político da diretoria da SBPC em convocar as entidades in-

teressadas em comparecer à entrega do documento ao presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães.

De outro lado, em posição contrária, o reitor da Universidade de São Paulo — USP — pleiteia o retorno ao caráter acadêmico da SBPC. Segundo ele, as discussões políticas serão melhor colocadas e aprofundadas em outros fóruns, e cita a ANDES, a UNE, os sindicatos de classe de modo geral.

As duas posições se chocaram várias vezes durante a reunião. De todos os embates, o mais importante foi a discussão envolvendo a SBPC quanto a uma possível manifestação sua, para engrossar uma manifestação política pela Participação Popular na Constituinte, articulada nacionalmente pela Central Única dos Trabalhadores, a ANDES, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e a Confederação Nacional das Associações de Moradores na coleta de assinaturas para as emendas populares, muitas das quais a SBPC é signatária. Pontos de vista favoráveis e desfavoráveis a um envolvimento político mais explícito apareceram com igual intensidade durante as reuniões realizadas pelas sociedades científicas e pelas entidades de classe presentes. No primeiro round da luta que se inicia, a proposta da passeata falou mais alto.

Ser ou não ser, seis a questão. Sem dúvida, tais discussões não param por aqui. Definir-se-ão nas sucessivas e futuras reuniões da sociedade. Em 1988, será São Paulo o Estado a hospedar a comunidade científica brasileira. E, desde já, propostas surgem cujo objetivo é implementar mudanças na estrutura da programação da entidade, pela diminuição do número de simpósios e mesas-redondas. João Luís argumenta que, com isso, diminuirão o espírito aberto e as discussões críticas das reuniões. «Unificar os debates significa reduzir os espaços críticos da reunião, empobrecer a capacidade questionadora do fórum», diz.

OPINIÃO

Durante uma semana, só pálidos debates

Ricardo Miranda Filho

A 39ª reunião da SBPC, em Brasília, teve uma característica que não pode passar sem ser detectada e analisada: o seu esvaziamento político. E isso é ainda mais grave e intrigante quando sabemos que a Assembleia Nacional Constituinte mora na casa ao lado. E está tendo problemas com o inquilino. Resta a desconfiança da constatação. Pelas salas e anfiteatros da UnB, que abraça a comunidade científica e universitária, passaram raios políticos de destaque e foram realizados pálidos debates se nos defrontarmos com o potencial temático que o momento histórico nos oferecia. Havia no ar um aroma de vazio.

O sociólogo Pedro Demo, no seio de alguns artigos, talvez tenha despido a questão de pudores sutis e desfeito a cortina de fumaça do receio que geralmente temos em nos defrontar com nossos reflexos no espelho.

O cientista social, elitizado pelo

acesso à formação superior, se torna um beneficiário do sistema, na um beneficiário muito mais a propensão do que a contestação. A justificativa do que se tem não é a que consciência que se tem não é a que se decide ter, mas aquela condicionada e moldada pelas mãos hábeis da realidade política e econômica ao redor. Há uma economia ao redor. Há uma ideologia quase irresistível onde aqueles que arrasta consigo aqueles que testadores que vomitam retórica e se alimentam dos próprios verbos derramados.

Que poder sedutor fez com que notáveis sociólogos alemães da Alemanha de Hitler aderissem ao nazismo ou que prodigiosos economistas de papel se submetam às vontades de governos descalços de legitimidade?

Mas não há apenas os cientistas transformados em criados da elite e escravos de suas ganâncias. Há os que se calam, com a mente emudecida pela ideia toca da neutralidade. Se esquecem da neutralidade. Se esquecem da omissão é uma forma de envolvimento. Então, sem saber, mandando a conta para a história.

De um lado, os representantes governamentais falam sobre a situação da política científica e tecnológica nacional, bem como as mudanças ocorridas recentemente na área. Luciano Coutinho, secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, explicita a posição governamental. O homem do dinheiro, Reinaldo Guimarães, diretor da Finep — Financiadora de Estudos e Projetos — vinculada ao Ministério, propõe mudanças, e se dispõe a ouvir os cientistas. De outro lado, a comunidade denuncia os problemas estruturais como a falta de recursos, a inexistência de uma política para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional clara, a antiga reivindicação dos cientistas em participar nos níveis de decisão política. Carolina Bori, presidente da SBPC, Oscar Sala, ex-presidente da entidade, José Albertino Rodrigues, membro da Comissão da SBPC junto à Constituinte e Gilberto Velho, do Museu Nacional do Rio de Janeiro e membro do Conselho Consultivo do CNPq, expõem seus pontos de vista de maneira franca e clara.

A professora Carolina, no discurso de abertura da reunião anual, disse que a comunidade científica estava aqui em Brasília para ser ouvida. Desse ponto de vista, eu me coloco. Estou aqui para ouvir, prestar contas do que temos feito na Finep

REINALDO

A posição da Finep

Campus — Como você vê, a relação entre a comunidade científica e as agências financiadoras?

Reinaldo — É uma relação sempre tensa, e é importante que isso ocorra. Com base nessa tensão, as agências podem melhorar seu desempenho. Na reunião anual da SBPC, onde todo o universo da pesquisa científica do País está presente, sempre haverá lugar para reclamações e insatisfações. É minha presença aqui é para anotá-las. A professora Carolina Bori, no discurso de abertura da reunião anual, disse que a comunidade científica estava aqui em Brasília para ser ouvida. Desse ponto de vista, eu me coloco. Estou aqui para ouvir, prestar contas do que temos feito, na Finep.

Campus — O que vocês têm feito?

Reinaldo — A Finep é uma empresa que pesquisa tanto na universidade, quanto nos institutos de pesquisa, quanto em empresas nacionais. Desde 1985 para cá, os recursos para as verbas de financiamento da Finep cresceram, ainda não o suficiente, ao menos na área de pesquisa universitária. Nesse momento, estamos negociando crédito suplementar no valor de Cr\$ 3 bilhões para o FNDCT — Fundo Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico — que é o principal fundo de financiamento da pesquisa científica no Brasil.

Campus — A Finep obedece a uma política de financiamento?

Reinaldo — Sim, há uma política de financiamento. A Finep utiliza, para avaliar o mérito, concursos de outros pesquisadores. E a análise do mérito pelos pares. Cada projeto que vai à Finep, sem no mínimo, 2 pareceres de consultores favoráveis. Esse é o elemento central de base da política de financiamento à ciência. Além disso, a Finep está preocupada em diminuir o que chama demanda espontânea. Ela entende que, para otimizar a aplicação de seus recursos, é preciso ter ações programadas, isto é, elaborar programas integrados inclusive com outras agências. Já temos vários programas em andamento.

Campus — Uma reivindicação antiga da comunidade científica é a participação nos níveis de decisão política. Qual sua opinião?

Reinaldo — A comunidade científica participa do nível mais alto do organograma da Finep que é o Conselho. Ela participa também, na medida em que, o mérito é avaliado por pesquisadores. De todos os programas, os grupos de assessoramento, os comitês que dirigem os programas, têm maioria de membros da comunidade científica, escolhidos pelas sociedades científicas, na maioria dos casos.

Campus — Por que essa concentração dos recursos da Finep em basicamente 3 universidades do País: PUC-RJ, UFRJ e USP?

Reinaldo — Na verdade, se você colocar junto a essas 3 a UNICAMP, isso vai a 70%, talvez até mais. No caso da PUC-RJ e UFRJ, existe uma herança que são 2 grandes convênios de apoio institucional, um deles da COPPE — Coordenação de Pós-graduação em Engenharia, da UFRJ e outro Centro Técnico Científico da PUC. No caso da PUC, existe uma crise. Se ela não tiver convênio com a Finep,

deixa de funcionar. As engenharias da PUC, bem como a Física e a Economia, são grupos de altíssima qualidade no País. Não deve-se considerar a PUC-RJ, basicamente seu Centro Técnico e Científico, como paradigma, como modelo de universidade privada. Não, ela é um exemplo absolutamente singular. Não seria correto retirarmos o apoio para diminuir essa concentração. Se a Finep não der mais dinheiro à PUC, essa concentração diminui bastante, na estatística do final do ano. Mas, o prejuízo que as ciências brasileiras, no caso das engenharias teriam, seria muito grave. E a Finep não fará isso até que a PUC encontrar uma solução aos seus problemas. No caso da COPPE, é uma situação similar. De um ano para cá, a UFRJ vem absorvendo grande número de pesquisadores, que eram pagos integralmente pela Finep. Ela já absorveu mais de 200 pessoas de um ano para cá. A tendência no nosso relacionamento com a COPPE é ter um convênio parecido com o dos demais institutos, e departamentos. Em 85 e 86, a ação da Finep foi no sentido de desconcentrar recursos. Na região NE nós praticamente dobramos o percentual do FNDCT alocados em instituições localizadas no NE. Ainda é pouco. Não chega a 10%. Mas, quando chegamos lá, não eram 5%.

Campus: Essa concentração em basicamente 4 universidades do SE, vem atender ao projeto GERES no sentido de dividir as universidades em centros de excelência e estabelecimentos de ensino?

Reinaldo: Isso não existe, por que essa concentração é anterior ao projeto GERES. Isso decorre porque nessas universidades se concentram o maior número de pesquisadores.

Campus — Como fazer para descentralizar?

Reinaldo — Em primeiro lugar, o volume de recursos à disposição do FNDCT, no caso da Finep aumente. A medida que o volume dos recursos aumentam, é mais fácil descentralizá-los. Em segundo lugar, a melhor forma de descentralizar são os programas. O grupo de assessoramento com pesquisadores de várias regiões do País, pode definir quais são as universidades do SE, do NE, que tenham condições de apresentar projetos que se enquadrem nos programas. Por exemplo, Santa Catarina tem uma tradição excelente de engenharias, principalmente mecânica, mas também elétrica. Os melhores projetos na área de engenharia mecânica do País, estão na Universidade de Santa Catarina.

Campus — A comunidade científica argumenta de que não existem critérios claros na aprovação dos projetos

Reinaldo — Com relação à Finep, a comunidade científica tem razão, principalmente nesses anos entre 1979/80 até 1984, a carência quase absoluta de recursos fez com que se tornassem meio opacos esses critérios. De 1985 para cá, faz parte da nossa política, a maior transparência possível. O CNPq é outra agência, e tem maneira diferente de analisar mérito por pares, através dos comitês assessores. A análise do mérito deve ser feita por outros pesquisadores, e não pelas burocracias das agências.



Entre os simpósios que mais público atraiu, esteve o que contou com a presença dos cientistas hoje atuando na Constituinte

SALA

Participação deve aumentar

Campus — Existe uma política de financiamento da pesquisa no Brasil?

Sala — Existe no sentido de que existem agências de financiamento, como CNPq, Finep, Fapesp. E isso, de certa forma é uma política de financiamento. Os critérios variam um pouco de agência para agência. Mas, acredito que os mais válidos são aqueles da comunidade científica, os assessores. As agências devem analisar seus projetos de pesquisa, e darem então seu parecer e o acompanhamento de seu desenvolvimento. Algumas agências fazem isso de forma mais ampla. Outras não. Mas, se caminha para isso.

Campus — Como o Sr. vê a reivindicação da comunidade científica no sentido de participar dos níveis de decisão das agências?

Sala — Acho importante. Já em algumas agências, como o Conselho Deliberativo do CNPq, existe uma participação da comunidade. Afinal de contas, é ela que conhece seus problemas, suas dificuldades, as direções a serem tomadas. Ao lado disso, deve surgir no futuro, o que o País ainda não tem, é uma política mais explícita do desenvolvimento científico e tecnológico. Isso tem que ser feito de mãos dadas, com o Governo, que tem os seus problemas, suas necessidades, suas prioridades e a comunidade científica e tecnológica do País, discutindo e estabelecendo qual a melhor política de desenvolvimento científico e tecnológico para os próximos 5 anos, ou qualquer coisa assim.

Campus — O Sr. aponta alguns caminhos?

Sala — Isso é muito complexo.

Campus — Por quê?

Sala — São várias áreas, e é preciso conhecer o que é mais importante no momento. Precisaria uma análise muito cuidadosa que eu não fiz.

Campus — Como a comunidade científica se organiza para reivindicar esse espaço?

Sala — Há várias formas. Existem as sociedades científicas, que apresentam programas, reivindicações. Existe uma comissão da comunidade científica que interage com os órgãos governamentais, ministérios, CNPq, etc.

Campus — Na opinião de alguns cientistas, a relação entre a comunidade científica e o Ministério da C&T é tensa?

Sala — Eu não diria que é tensa. Talvez pudesse ser mais intensa, para haver maior troca de idéias, de opiniões, apresentação de programas numa maior interação entre o Ministério e as várias sociedades científicas.

Campus — Então, a situação hoje não atende à comunidade?

Sala — Veja bem, nós tivemos um passado muito pouco satisfatório. Hoje, a situação é melhor. Ainda não é a ideal. Chegaremos lá um dia.

Campus — Que situação era essa?

nológico para os próximos 5 anos, ou qualquer coisa assim.

Campus — O Sr. aponta alguns caminhos?

Sala — Isso é muito complexo.

Campus — Por quê?

Sala — São várias áreas, e é preciso conhecer o que é mais importante no momento. Precisaria uma análise muito cuidadosa que eu não fiz.

Campus — Como a comunidade científica se organiza para reivindicar esse espaço?

Sala — Há várias formas. Existem as sociedades científicas, que apresentam programas, reivindicações. Existe uma comissão da comunidade científica que interage com os órgãos governamentais, ministérios, CNPq, etc.

Campus — Na opinião de alguns cientistas, a relação entre a comunidade científica e o Ministério da C&T é tensa?

Sala — Eu não diria que é tensa. Talvez pudesse ser mais intensa, para haver maior troca de idéias, de opiniões, apresentação de programas numa maior interação entre o Ministério e as várias sociedades científicas.

Campus — Então, a situação hoje não atende à comunidade?

Sala — Veja bem, nós tivemos um passado muito pouco satisfatório. Hoje, a situação é melhor. Ainda não é a ideal. Chegaremos lá um dia.

Campus — Que situação era essa?

Sala — Havia uma situação de refime político diferente no Brasil. E as coisas eram mais difíceis na troca de informação.

Campus — Na sua visão, o Ministério da C&T está receptivo à comunidade?

Sala — Acho que razoavelmente sim.

Campus — O que o Sr. entende por razoavelmente sim?

Sala — É que acho que ainda não atingiu um nível que eu, pessoalmente, acho que deveria ser atingido, mas também é uma experiência nova no País. Não pretendo que tudo seja modificado do dia para a noite. A gente tem que praticar e aperfeiçoar.

Campus — Como o Sr. vê a extrema concentração dos recursos da Finep em basicamente 3 universidades do País: a PUC-RJ, a UFRJ e a USP?

Sala — É porque são as maiores do País.

Campus — O Sr. não acha que isso é um círculo vicioso: são maiores exatamente por que têm financiamento?

Sala — Não, eu não diria que isso necessariamente vai levar a um círculo vicioso. Porque essas instituições precisam apoiar os projetos de pesquisa que tenham conteúdo. Isso, independente do tamanho da pesquisa. Se um programa de pesquisa tem conteúdo significativo, ele deve ser apoiado. Provavelmente nessas universidades, o número é

maior. Não significa que as demais não estejam sendo atendidas. Acho que isso cabe naturalmente ao desenvolvimento da ciência nesse País. Com relação a isso, nós de SP, fizemos uma sugestão à Comissão de Ensino e Pesquisa da Constituinte que na Constituição brasileira seja permitido aos Estados, a exemplo do que SP fez, na Constituição de cada Estado, seja possível que o Estado retribua uma certa porcentagem da arrecadação de seus impostos para uma determinada fundação daquele Estado, visando seu desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Cada Estado deve ter os meios e, a vontade para o seu desenvolvimento. A Fapesp é hoje uma instituição de grande sucesso, completando 25 anos. E acho que esse exemplo deveria ser seguido no Brasil. Não podemos depender exclusivamente da área federal, como acontece hoje.

Campus — A concentração verificada na região SE vem, de alguma forma atender, à proposta do GERES? Ou não existe nenhuma relação?

Sala — Não. A maioria das agências estão em SP, no RJ, em Brasília, mas a política dessas agências, pelo menos o que sei, é uma distribuição mais ou menos equitativa do ponto de vista geográfico. Mas é claro que elas têm que apoiar os projetos de qualidade. Isso é inevitável. Elas não podem simplesmente escapar disso.

FLORESTAN

Florestan Fernandes, o dinossauro que retorna às cavernas, conforme ele próprio se auto-intituiu, o papa da sociologia brasileira, e principal porta-voz da comunidade científica na Constituinte, eleito pelo PT-SP,

conseguiu lotar um anfiteatro por mais de duas horas. Discutindo a política governamental, o estágio de desenvolvimento atual da sociedade brasileira, as mudanças frustradas pela Aliança Democrática e o fisiologismo do PMDB, Florestan arrancou

aplausos da platéia entusiasmada quando pediu a todos que se levantassem para prestar homenagem política aos funcionários da Universidade de Brasília, que suspenderam o movimento grevista para apoiar a SBPC.

O cientista na Constituinte

Campus: Está frustrada a participação dos cientistas na Constituinte?

Florestan: Ao contrário, é exatamente diante dessas dificuldades que temos de apelar para o apoio externo, e as associações como a SBPC, a ANDES, a CPB, elemento fundamental para ajudar a ter uma Constituição de melhor qualidade. O importante para nós é garantir a educação, a pesquisa científica e tecnológica e conferir-lhes o papel mais amplo, mais construtivo no texto constitucional.

Campus: Como se dá a relação entre a comunidade científica e o Ministério da C&T?

Florestan: Felizmente ou infelizmente, nunca precisei nada do ministério. Mas a minha tendência é de acreditar nos cientistas. Do ponto de vista governamental, há uma propaganda muito bem organizada, muito bem orquestrada para mostrar que o governo cumpre todas as suas funções e obrigações. Na prática, a verdade é outra.

Campus: Como assim?

Florestan: As críticas feitas, vêm em cima de casos concretos. Há organizações que cumpriram suas tarefas numa escala razoável. Mas, de outro lado, o que os cientistas esperam são contribuições mais importantes, mais eficientes. Basta se ver o que o governo

fez com a questão da reforma agrária. Ele disse que lá fazer isso, aquilo. Depois, o assunto foi congelado. O Dante foi posto lá para criar uma expectativa de que o governo estava interessado em resolver os problemas. Mas, de fato nenhum problema foi resolvido.

Campus: O Senhor acredita que existe hoje uma política de financiamento por parte do governo?

Florestan: Existe um financiamento, que é deficitário. Ele não é suficiente. De outro lado, o aparelhamento científico e tecnológico da pesquisa, envelhece muito depressa. E preciso criar recursos para que possamos produzir e criar tecnologia de pesquisa científica no Brasil e resolver nossos problemas sem precisar depender do exterior. E há necessidade de importação de material de tecnologia. Por outro lado, o governo não tem recursos, e não tem tido a ousadia de dizer que não os tem. Se ele não tem recursos para atender populações famintas, por que não dizer isso. O Celso Furtado, por exemplo, apesar de estar num ministério pobre, tem feito algumas coisas. E ele não anda por aí dizendo que fez isso ou fez aquilo.

Campus: O Senhor acha que esse quadro se agrava no caso das ciências humanas?

Florestan: Sim, por que aí a falta de recursos atinge o nível de escassez. E as próprias bolsas, às vezes, não são pagas como deveriam ser, dentro de um cronograma normal.

Campus: Alguns cientistas levantam que essa é uma política deliberada do governo.

Florestan: Não é propriamente uma política deliberada do governo, que é caótica, deficiente por que é incapaz de fazer face às suas tarefas fundamentais, em si. Mas em todos os níveis. A gente ouve o presidente e a televisão falar e estão longe da realidade. Como não podemos partir da suposição de que ele está mentindo, devemos partir da suposição de que está mal informado.

Campus: Como pode se conciliar Ciência e Constituinte?

Florestan: A questão já é mais difícil. De um lado, os cientistas, pela SBPC, com uma antecipação muito grande, elaboraram um programa no qual eles modesta mas objetivamente declararam aqueles mínimos vitais para a SBPC, em termos do desenvolvimento de pesquisas e de uma realização maior dos investigadores no Brasil. E esse mínimo não foi atendido. Pura e simplesmente. É fácil ver, a

difficuldade que surgiu, por que a maioria dos parlamentares acaba sendo dominada por lobbies, interesses políticos dos partidos. E, em consequência, os grandes problemas do país ficam de lado, que vão desde a miséria, a necessidade da reforma agrária até a implantação da pesquisa em todos os centros universitários, a produção de conhecimento original no Brasil, a independência na pesquisa científica, a criação de tecnologia de ponta por iniciativa brasileira. E o mesmo elenco de problemas. Não podemos dizer que sejam diferentes. A ciência e a tecnologia podem ajudar a desenvolver o problema da alimentação. Nós dispomos de meios para que a produção de alimentos seja simplificada, e multiplicada. E, no entanto, não tem havido interesse por isso.

Campus: Na sua visão, a ciência cumpre um papel de ajudar no avanço democrático do país?

Florestan: Dentro de condições precárias de trabalho, os cientistas foram além daquilo que seriam suas obrigações fundamentais. Mas, ao mesmo tempo não encontraram ponto de apoio suficiente e acabaram frustrados com isso. A frustração levou-os a fazer críticas abertas ao governo, que também atinge a Assembléia Nacional Constituinte.

POLÍTICA DE C & T

Discutir uma política científica no país significa particularizar os vários aspectos dessa política. Por exemplo, formação de pesquisadores, mas também um acompanhamento dos pesquisadores que estão sendo preparados. Deve haver uma clareza nessas coisas, com o apoio decisivo das universidades.

CAROLINA

Uma atitude crítica

Campus: Como se dá a relação entre a comunidade científica e o Ministério da Ciência e Tecnologia no que diz respeito ao financiamento?

Carolina: Essa relação foi retomada recentemente, nos primeiros dias de junho num encontro do ministro da C&T e a comissão da Sociedade científica. Esse reinício de conversações, a Comunidade acha bastante importante. Esperamos que isso continue para discutirmos as várias metas do Ministério com a presença de pesquisadores.

Campus: Existe uma política de financiamento?

Carolina: Sem dúvida, existe. O que não está acessível é o conjunto de informações que formam essa política. Nem todos os pesquisadores conhecem essa política de financiamento.

Campus: Qual sua opinião a cerca da reivindicação antiga pela Comunidade Científica quanto à participação dos pesquisadores nos níveis de decisão política dos órgãos financiadores?

Carolina: Essa reivindicação bastante antiga da Comunidade Científica foi atendida em parte, por exemplo, em função do Conselho Deliberativo do CNPq. Não está fácil o desempenho dos representantes, mas achamos que é muito importante, e que se amplie essa representação. Esperamos agora com a instalação do CCT — Conselho de C&T — junto ao ministério de C&T que essa participação aumente e se amplie junto à FINEP.

Campus: Por que não está fácil a participação dos cientistas nesses órgãos?

Carolina: A experiência está sendo iniciada não somente dos pesquisadores que participam do Conselho, mas também do próprio Conselho que não tinha essa participação, anteriormente.

Campus: Daqui para frente, como poderão caminhar as relações entre a comunidade científica e o Ministério da C&T?

Carolina: A comunidade manterá sua atitude crítica: vai querer, cada vez mais, discutir de maneira ampla toda a política científica para o País.

Campus: O que significa discutir uma política científica para o País?

Carolina: Significa particularizar os vários aspectos dessa política. Por exemplo, formação de pesquisadores, mas também um acompanhamento dos pesquisadores que estão sendo preparados. Deve haver uma clareza nessas coisas, com o apoio decisivo das universidades para que elas tenham condições de formá-los. Isso significaria, então, um entrosamento maior entre o Ministério da C&T com o Ministério da Educação, uma

discussão mais ampla entre o que é prioridade para esse País, porque certas áreas são consideradas como prioritárias e por quem.

Campus: Isso não está claro?

Carolina: Nem sempre está claro. A comunidade deve participar dessas discussões. E quer ter voz na decisão.

Campus: Essa escassez no financiamento principalmente das agências financiadoras tem alguma relação com o projeto GERES no sentido de inviabilizar a universidade pública brasileira?

Carolina: Não acreditamos, porque as propostas do GERES não foram aceitas. E não foram implementadas, pelo menos oficialmente pelo MEC.

Campus: Na sua visão, quais as funções básicas da universidade brasileira?

Carolina: A universidade brasileira deveria estar fazendo mais pesquisa. Grande parte delas lutam contra a escassez dos recursos, e apenas focaliza a parte do ensino. Dever-se-ia insistir no maior desenvolvimento da pesquisa em todas universidades brasileiras, sejam elas públicas ou particulares.

Campus: Existe uma concentração de recursos nas universidades do Sudeste, principalmente no Rio e em SP. Como podem os recursos serem descentralizados, sem prejuízo para as universidades?

Carolina: Essa questão de desenvolvimento científico e tecnológico e regiões do País também deve estar contida na política científica e tecnológica. E nisso, os pesquisadores de todas as regiões do País têm muito a dizer. A SBPC vem promovendo reuniões, reunindo secretarias regionais. Teremos aqui uma reunião específica sobre esse assunto: C&T e a questão regional, discutirá os resultados das reuniões por todo País. É um esforço para que o conhecimento científico e tecnológico se volte de maneira a abranger todas as regiões, e diminuir os desníveis hoje existentes, quanto à produção de pesquisa.

Campus: O Ministério da C&T está receptivo a essas reivindicações?

Carolina: Sim. Por exemplo, o INPA era um instituto ligado ao CNPq, e recentemente passou a ser ligado diretamente ao Ministério da C&T. Então, ele foi destacado dentro dos institutos do CNPq para ser uma unidade do Ministério. Espera-se que a mudança estrutural do instituto traga maior facilidade para seu desenvolvimento. É um instituto profissional que muito pode contribuir para o conhecimento da Amazônia.



Carolina Bori: importância das conversações com o MCT

COUTINHO

É preciso gastar mais

Campus — Quanto gasta o Ministério em C&T?

Coutinho — Algo em torno de 60 bilhões de cruzados, isso incluindo as empresas estatais, as privadas e governo.

Campus — Quanto seria necessário para o País caminhar para a autonomia?

Coutinho — Algo em torno de 2% do PIB, o que representaria cerca de 180 a 200 bilhões de cruzados, dependendo do câmbio médio. Nós chegamos perto de 1%, o que é muito pouco. Nós temos uma proporção, idêntica ao que o Japão investia em tecnologia nos anos 50. Precisamos pular etapas, saltar, e ampliar a escala do desenvolvimento no País, para ingressarmos no século XXI em condição não caudatária.

Campus — Como o Sr. vê a relação entre o Ministério da C&T e a comunidade científica?

Coutinho — Creio que a relação sempre foi muito boa, de diálogo, de crítica construtiva e de minha parte, creio ser essencial que essa crítica construtiva continue se realizando como forma de indicar às autoridades do Governo os melhores caminhos para as suas políticas.

Campus — Muitos cientistas alegam que não existe uma política de financiamento por parte do Governo.

Coutinho — Não creio que essa seja a opinião majoritária. Existe sim, uma política de financiamento através do FNDCT — fundo mais importante de financiamento à pesquisa e à ciência no Brasil. Pensamos ampliar ainda mais o fundo, numa política de claro estímulo e fomento às áreas, novas estratégias tanto na ciência quanto na tecnologia de ponta.

Campus — Existe uma proposta do Ministério quanto a uma política de C&T?

Coutinho — Não teria cabimento que houvesse uma proposta do Ministério. Há sim, uma proposta da sociedade científica, dos empresários da área, que foram levadas aos constituintes em várias oportunidades pela SBPC, com apoio e a simpatia do Ministério da C&T. Mas não seria papel do Governo imiscuir-se na elaboração da Constituição.

Campus — Qual o ponto básico dessa política?

Coutinho — Os pontos mais importantes são o de ampliar rigorosamente o investimento à

C&T, vinculando inclusive parcela da receita orçamentária para se chegar a 2% do PIB. Outra reivindicação da comunidade científica é que a reserva de mercado seja considerada instrumento válido, legítimo para a proteção de áreas estratégicas para o desenvolvimento do País. E existe uma restrição ao uso de energia nuclear para que ficasse sob a salvaguarda do Legislativo. Estou reproduzindo as posições do Ministério.

Campus — O Ministério apóia as reivindicações dos cientistas?

Coutinho — Em geral, todas as propostas, dependendo da maneira como são colocadas, têm toda a simpatia do ministério.

Campus — Como o senhor vê a concentração dos recursos na região Sudeste?

Coutinho — Com extrema preocupação. Tentei induzir, através, principalmente da FINEP, uma ampliação dos recursos do NE e do Sul. O Presidente da República já deu um despacho favorável à criação de um fundo especial de desenvolvimento científico e tecnológico para o NE. Precisamos fazer emergir no NE, centros novos de excelência que permitam com que aquela região rompa com certas barreiras. O NE não precisa apenas de dinheiro. Precisa também de cabeças para pensar soluções aos seus problemas. Queremos regionalizar a política do Ministério da C&T.

Campus — De quanto seria o fundo?

Coutinho — Pensamos num aporte inicial de 400 milhões de cruzados.

Campus — A presidente da SBPC, professora Carolina Bori, colocou em seu discurso de abertura que não existe interesse político para que as soluções aos problemas do País sejam encaminhadas.

Coutinho — Creio que não tem faltado vontade política, e mais que isso, não tem faltado o empenho, a garra e a capacidade de luta do Ministério da C&T na busca de recursos. Em termos reais, o Ministério dobrou os recursos de 87 em relação a 86. Em relação a 85, triplicamos os recursos originais. Temos tido toda a disposição em dialogar com a comunidade. Certamente estamos longe de ter resolvido os problemas, as precariedades que causam insatisfação.

Para alcançar a autonomia em C&T precisaríamos gastar algo em torno de 2% do PIB, o que representaria cerca de 180 bilhões de cruzados. Nós chegamos perto de 1%, o que é muito pouco. Nós temos uma proporção idêntica ao que o Japão investia em tecnologia nos anos 50.

ALBERTINO

Falta presença do MEC

Campus — Como você vê a relação entre Comunidade Científica e o Ministério da C&T?

Albertino — A relação tem sido em princípio boa, apesar de alguns percalços que estão sendo superados, sobretudo, por um certo emperramento de ordem burocrática. Estamos partindo para a indicação de nomes da Comunidade para compor o Conselho Científico e Tecnológico, que é o órgão acima dos próprios ministérios, não apenas do Ministério da C&T, mas dos demais. Nós fomos chamados a colaborar na elaboração dessa proposta. A minuta do decreto não incluiu o Ministério da Educação.

Campus — Na sua avaliação, por que não incluiu?

Albertino — Francamente não sei dizer, apesar de ter sido um erro não incluí-lo.

Campus — Não seria uma questão política?

Albertino — Exatamente. Devem haver questões políticas. Nós fazemos restrições. Mas não significa que iremos excluí-lo, da formulação de uma política de C&T. O MEC tem que ser chamado.

Campus — Você não acha que é uma contradição existirem 2 ministérios que lidam mais ou menos com a mesma questão, no caso o Ministério da Educação lida com a questão do ensino, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, lida com a questão da pesquisa, para as universidades?

Albertino — Não, não há contradição. Os campos de atuação precisam ficar muito claros. Um organismo como o CCT poderia definir muito bem esses campos de atuação. Há sobreposição de funções em vários outros níveis de governo. As atribuições no que diz respeito a bolsas. A CAPES e o CNPq distribuem bolsas. Eles se entendem porque hoje as pessoas que desempenham essas funções

VELHO

A disputa de cargos

Campus: Como você vê as relações entre o Ministério da C&T e a comunidade científica?

Velho: E um pouco paradoxal. A criação do ministério foi um grande avanço para valorizar a ciência brasileira. Mas, por outro lado, a criação do ministério cria um espaço político. Novos atores, aparecem e começam a assediá-lo. Por exemplo, na disputa de cargos. Não é que sejamos puristas, e queiramos ignorar a realidade partidária, o que é um governo dependente de um partido. Mas a área de ciência e tecnologia merece tratamento especial, pensa C&T a longo prazo. Então, os critérios político-partidários com essa área, como escolher as pessoas que vão trabalhar na área, como nomear pessoas que ocupem cargos de confiança, devem estar relegados a segundo plano. Deve-se valorizar mais os critérios de competência.

Campus: Você acha que existe, hoje, uma política de financiamento por parte do governo?

Velho: sem dúvida, existe. Precisamos garantir a pesquisa básica, a pesquisa fundamental. Uma pesquisa que não está necessariamente comprometida com objetivos a curto prazo e imediatos.

Estamos partindo para a indicação de nomes da comunidade para compor o Conselho Científico e Tecnológico dos Ministérios envolvidos com a questão de C&T. Nós fomos chamados a colaborar na elaboração da proposta. Mas a minuta do decreto não incluiu o MEC, o que é um erro.

são pessoas que se entendem. Se tem lá um indivíduo que não tem boas relações pessoais com o outro, isso acaba criando dificuldades. Nós vemos mesmo dentro do MEC. É necessário ter uma política científica e tecnológica para não ficarmos ao sabor das pessoas que ocupam os cargos. Se amanhã o Pavan sai do CNPq, muda a política. Se amanhã, o Archer deixa de ser ministro, muda a política. Teremos de nos adaptar a essas mudanças. Todos os projetos ficam prejudicados. É preciso uma política duradoura que estabeleça metas bem claras a serem atingidas.

Campus — Quais metas?

Albertino — Por exemplo, em como chegar a 3% do PIB, aplicado em C&T. Não basta o presidente, dizer. Nem o presidente do CNPq. E preciso saber como fazer isso. Se você analisar a situação hoje, caiu a parte de pesquisa básica. Grande parte dos recursos são da Embrapa, que faz muito pouco em pesquisa básica. Sei que diminuíram um pouco ultimamente. Então, as metas precisam ser globais e setoriais bem definidas.

Campus — Como você vê a concentração dos recursos basicamente na região SE?

Albertino — É porque na região Sudeste estão as maiores instituições de ensino e pesquisa do País. SP representa mais da metade da produção científica do País.

Campus — Mas, você não acha que existe um certo círculo vicioso: da-se o dinheiro e produz-se em função disso.

Albertino — Não é um círculo vicioso. Mas teria que haver uma série de outras medidas para que, em outros setores, em outras regiões do País, haja possibilidade da emergência de grupos, de centros de pesquisa significativo. Isso não pode ser feito artificialmente.

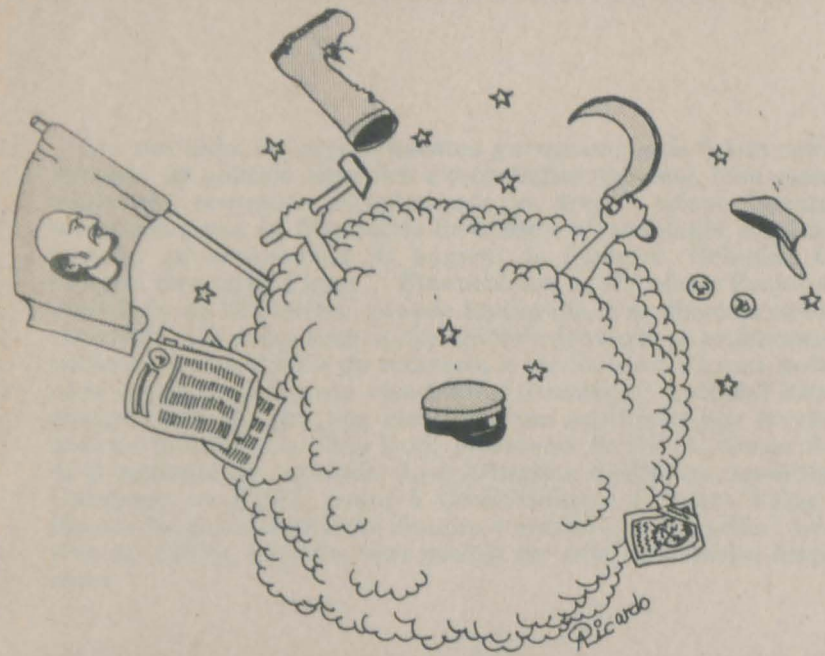
tas. A área de ciências humanas tem sido relegadas a segundo plano. Primeiro por preconceitos, políticos e ideológicos em função das pessoas desconhecem a especificidade das ciências sociais. Quero dizer medo.

Campus: Como você vê a concentração dos recursos das agências financiadoras basicamente na região SE?

Velho: Não é bem assim. Claro que existe uma concentração dos recursos que tem a ver com o fato de, nessas regiões, por razões sócio-históricas existirem centros de excelência que solicitam mais recursos. Existe uma política bastante consistente de apoiar grupos emergentes em diferentes regiões. Essa intenção tem dado resultado em alguns pontos do país. Essa concentração precisa ser relativizada.

Campus: Existem experiências concretas?

Velho: Várias áreas do conhecimento, tanto do NE quanto no Sul, centros crescem com o apoio de órgãos governamentais, a física em PE, a antropologia no RS. Nós somos um país pobre.



A atual política de comunicação não agrada nem a gregos nem a troianos

Debate acadêmico acaba em luta ideológica

Adriana Vasconcelos

A esquerda, a Constituinte e a democracia foi um dos temas que mais atraiu ouvintes na SBPC. A sala reservada ao debate não comportou o grande público interessado que, impaciente com o desconforto de estar espremido entre a mesa dos conferencistas e as paredes ou mesmo em pé no corredor, pedia a transferência da sessão para um anfiteatro. Mesmo depois de estarem acomodados no anfiteatro, os professores da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", João Quartim de Moraes, Marco Aurélio Garcia e Antônio Carlos Mazzeo não pouparam críticas aos organizadores da SBPC: "Eles não gostam da gente".

O debate, que estava previsto para durar apenas duas horas, estendeu-se durante toda a manhã. Num discurso crítico e bem-humorado, os conferencistas puseram em dúvida a "dita" democracia vigente da Nova República, ressaltaram o fato da Constituinte estar colocando em pauta de discussões temas que foram debatidos durante os trabalhos da Constituição de 1946 e por fim apresentaram um quadro onde a esquerda está dividida e com seu potencial de ação reduzido. Enquanto os professores faziam suas explicações, o professor da UnB, Paulo Bica, que também é presidente do PT do Plano Piloto, desviou a discussão acadêmica para uma luta ideológica partidária.

Tudo começou quando Paulo Bica disse que o PMDB nunca foi um partido de esquerda, e criticou a "esquerda" que coligou-se "convenientemente", nas últimas eleições, com os conservadores. Essa crítica atingiu o ego de alguns representantes do PCB e do PC do B. Os militantes destes dois partidos que estavam presentes gritaram em protesto: "O Partido dos Trabalhadores é um partido que abriga grandes empresários".

Ainda num clima de disputa partidária, o professor Mazzeo questionou o comprometimento de todas as alas esquerdistas, já que nem todas essas foram cassadas pela ditadura, chegando algumas a serem criadas durante aquele período, como foi o caso do PT. Em um posicionamento à favor do PCB, Mazzeo continuou: "O PCB é o partido que tem a maior história de atuante de esquerda, e por isso é o mais frágil".

Democracia?

A palavra democracia no

decorrer da história política mundial, segundo Quartim de Moraes, vem perdendo sua função substantiva, ou seja, virou um adjetivo aos políticos ditos liberais. O professor constata que a geração política da Nova República sempre que pode, utiliza inversões de funções gramaticais como esta, e assim autodefinem-se como liberais democratas. Ele duvida "desses liberais democratas, que mais parecem democratas urutus", já que acabam com greves através de um policiamento ostensivo, têm medo de eleições diretas e querem prorrogar mandatos. E referindo-se à Nova República, Quartim de Moraes questiona a autenticidade de sua soberania e democracia, que mais parece uma ditadura militar com marionetes de terno do sistema presidencialista.

Continuismo

O professor Marco Aurélio Garcia comparou a Cons-

Apesar da "nova" República e da "nova" democracia, os mesmos nomes que atuaram em períodos autoritários continuam na situação de Governo.

tituição de 1946 com a que está em vias de ser promulgada, já que as duas são originárias de regimes ditatoriais sem que se tenha havido uma ruptura real com o regime anterior. O exemplo mais claro nisso foi que, em 1946, o ministro da Guerra do Estado Novo ocupou o lugar de Getúlio Vargas, e em 1984 o ex-líder de PDS, partido de apoio à Revolução de 1964, é hoje nosso presidente da República. Além disso, ambas assembléias trabalharam sob um entulho autoritário, que desfavorece o debate constitucional. Um ouvinte manifestou-se dizendo: "Temos que estar alerta às atitudes do Governo, que mesmo trabalhando numa Nova Carta Magna, aplica a Lei de Segurança Nacional no Estado do Rio de Janeiro". Marco Aurélio afirmou que a atual Constituinte está discutindo com morosidade, sem chegar a nenhum avanço do ponto de vista social, temas que já foram debatidos na Constituinte de 1946 com muita moderação.

Ao falar do regime autoritário, Quartim de Moraes acusa a cúpula do PMDB de ter traído a transição democrática com alianças meramente políticas, desvinculadas de coerência ou ideologia. Ele lembra que o presidente Sarney,

enquanto líder do PDS, dizia: "Constituinte é coisa comunista". O saldo desta traição, afirma o professor, é uma geração sindicalista assassinada em nome de uma Nova República, onde o ministro da Justiça, "o Rui Barbosa em compota, que troca de chapéu porque não pode mudar de cabeça", em conflitos no campo desarma quem está sendo massacrado pelo sistema.

Esquerda

Num país sem tradição liberal e com uma classe dominante disposta a manter um processo anti-revolucionário, o potencial da esquerda apresenta-se com força reduzida, afirma Marco Aurélio Garcia. E hoje, no debate constitucional, essa esquerda abstém-se ou tenta uma correlação de forças, pois qualquer vitória é melhor que nenhuma. Segundo ele, é uma ação desarticulada, sem força de pressão.

Mazzeo, então, propõe como forma alternativa para concluir esse processo de transição que já se esgotou, a construção de uma frente popular, que congregue não só as esquerdas, como também os progressistas e pequenos empresários, para lutar por um modelo econômico antilatifundiário e antiimperialista. E ainda, numa luta pela liberdade sindical, essa frente pode atacar o arrocho empresarial, o que significaria defender o salário justo, a estabilidade no emprego ou o direito de greve.

Denúncia

Ao criticar os organizadores da SBPC, o professor Quartim de Moraes, guarda um certo rancor que vem desde o último congresso. "Nós não pudemos apresentar nosso trabalho na SBPC no ano passado". Os organizadores alegaram que o tema a ser debatido, **Tortura e resquícios da ditadura**, tinha um caráter muito político.

Em resposta à esta crítica, João Luiz Homem de Carvalho, membro da Comissão de Coordenação Geral e Carolina Bori, presidente da SBPC, negam qualquer discriminação aos trabalhos dos professores de São Paulo. Eles lembram que somente as propostas de participação fora do prazo de inscrição são vetadas. João Luiz afirmou: "Aqui a censura não existe. A SBPC foi a maior trincheira de denúncias contra a tortura".

URBANISMO

Brasília, um projeto irracional

Giselle Chassot

"Brasília não é uma cidade planejada. É, isso sim, uma metrópole traçada". A afirmação é do professor Aldo Paviani, do Departamento de Geografia da UnB. Em sua palestra sobre Metropolição em Cidades Planejadas, ele defendeu a tese de que o planejamento da capital federal, que deveria levar ao bem-estar da população, acabou gerando um grande quadro de injustiças sociais.

Para o professor, o espaçamento de Brasília é irracional. "O trabalho é concentrado no Plano Piloto, mas a população é cada vez mais empurrada para as cidades-satélites", afirma. Segundo ele, essa realidade acabou criando sérios problemas para o Governo do Distrito Federal. "Hoje, é extremamente caro criar condições básicas de transporte, saúde e saneamento básico para a população periférica". Apesar disso, o entorno do DF continua a crescer e um novo problema já está preocupando as autoridades locais: as invasões. A grande questão da Brasília atual

parece ser o que fazer com a população de baixíssima renda que fixa moradia em terrenos baldios. O professor Paviani acredita que a solução para o problema deveria ser sócio-econômica: "Se essa população tivesse empregos, teria como sobreviver e poderia decidir onde morar, sem precisar invadir".

A grande questão, portanto, passa a ser como criar empregos numa cidade economicamente voltada para a prestação de serviços urbanos. De acordo com Paviani, a resposta não é tão complexa. Ele acredita na industrialização como solução. "Se fossem criadas indústrias a partir de um planejamento, nas cidades-satélites, a população periférica teria empregos bem próximos de suas casas e não haveria necessidade de deslocamento de trabalhadores para o Plano". De acordo com o geógrafo, as indústrias poderiam absorver a mão-de-obra desempregada ou subempregada do DF.

Contestação

Durante a exposição, o profes-

sor Paviani contestou a tese de que Brasília, por não ter um parque industrial, não pode ser considerada uma metrópole. Para ele, as atividades urbanas complexas, a grande população e as próprias características específicas de Brasília já são suficientes para defini-la como grande centro urbano.

Ainda sobre planejamento espacial da cidade, o professor acredita que os idealizadores da capital preocuparam-se muito mais com a harmonia das formas arquitetônicas de que com a população como um todo. Assim, "o que era privilégio para o físico resultou em prejuízos para o social e, hoje, é a periferia que suporta os custos elevados da espacialização da cidade".

Defendendo um planejamento voltado para as classes mais desprotegidas, Paviani afirma que, se estivesse no Governo, "estudaria uma forma de criar condições para que toda a população trabalhasse".

COMUNICAÇÃO

Jornalistas se perdem entre muitos temas

Roselle Amorim

Cobrir dois simpósios ao mesmo tempo, selecionar os assuntos de maior interesse do público ou ainda se localizar no campus foram parte do trabalho de cobertura da imprensa durante os oito dias da reunião da SBPC. No corre-corre dos repórteres que trabalharam no evento, as coberturas iam de temas desde Ciência e Constituinte até Astronomia e Genética e o objetivo era manter o público informado diariamente pelos jornais, rádios ou televisões, dos acontecimentos da reunião.

As equipes escaladas nem sempre tinham repórteres suficientes para cobrir a quantidade de eventos realizados durante todo o dia, e às vezes ao mesmo tempo. A Folha de S. Paulo, por exemplo, trouxe para Brasília um repórter setorizado, da área de Educação e Ciência e um fotógrafo, mobilizando também um repórter da sucursal. Já o Correio Braziliense, que entrou pra valer na cobertura, montou uma equipe com cinco repórteres e fotógrafo.

Para a repórter do Jornal de Brasília, Sandra Sato, por exemplo, a maior dificuldade foi a cobertura de temas muito específicos. "Em certos simpósios de áreas científicas, é difícil entender os ter-

mos técnicos e a maioria dos expositores não leva em conta que também há leigos na plateia". Outro repórter que sentiu a mesma dificuldade foi Cláudio Ferreira, do Jornal de Brasília, mas a solução encontrada por eles, em meio a debates como "Tópicos da Neuronatômica Funcional", "Fisiopatologia dos Sistemas Extrapiramidais" ou "Aerossóis Atmosféricos", foi selecionar pautas de interesse do público de Brasília, como erosão e cidades-satélites.

Esse foi também o caminho seguido pelos repórteres do Campus, que realizaram reuniões de pauta diariamente para selecionar os eventos que mereciam a cobertura. "Com tanta coisa interessante acontecendo na UnB, só assim com essa seleção de assuntos é que conseguiríamos trabalhar. E ainda assim foi uma loucura o trabalho, porque não sendo o Campus um jornal diário, tivemos que trabalhar mais as pautas", afirma a editora-chefe, Telma Pavarino.

As equipes de televisão procuraram selecionar as coberturas. Segundo Denise Madueno, da Manchete, "nem tudo interessa para a reportagem e o público da TV e deve haver uma seleção dos assuntos". O Correio Braziliense trabalhou com os repórteres se-

torizados, por exemplo, em assuntos de Constituinte ou em temas mais científicos. O repórter Carlos Rubens Alves de Araújo, por exemplo, fez a cobertura específica das entrevistas coletivas e para ele a maior dificuldade já foi devido às distâncias dentro do Campus.

Se para as pessoas que já conheciam a UnB foi difícil encontrar as salas e anfiteatros onde os eventos aconteciam, para os repórteres que vieram de fora foi ainda pior. Flávio Gomes, por exemplo, da Folha de S. Paulo, criticou a falta de uma sinalização mais clara ou mapas nas entradas do Minhocão que facilitassem a movimentação no Campus.

Não ficaram de fora do corre-corre os repórteres-fotográficos, como Niels Andreas, da Folha de S. Paulo, ou Ana Caroline Fernandes, da revista IstoE. A versatilidade, porém, foi conseguir estar quase ao mesmo tempo no início da Ala Sul ou na Faculdade de Tecnologia. Superadas as dificuldades, os repórteres contaram ainda com o apoio da Assessoria de Imprensa da SBPC, que além de montar uma sala com máquinas, telefones e telex, diariamente fornecia dicas de pauta, cronograma das atividades e entrevistas coletivas.

Só pluralismo leva à democracia

Adriana Vasconcelos

A SBPC como um espaço aberto à divulgação de trabalhos científicos e políticos, não poderia também deixar de ser um momento primordial para se encampar lutas efetivas em prol da democratização da política de comunicação. Com este intuito os palestrantes do simpósio **Democracia e política de comunicação** passaram aos ouvintes duas listas de assinaturas, uma de apoio à luta da UnB por uma rádio e a outra em favor da proposta de emenda popular da Federação Nacional dos Jornalistas.

Ambas propostas reivindicam o pluralismo de propriedade e exploração dos meios de comunicação, a fim de desmontar oligopólios poderosos que manipulam a informação em defesa de interesses próprios. Salomão Amorim, da UnB, Othon Jambeiro, da Universidade Federal da Bahia, e Armando Rollenberg, presidente da FENAJ, em seus discursos são taxativos no que diz respeito à política de comunicação: "Não dá para permanecer como está".

Fenaj

Armando Rollenberg, partindo do princípio de que a informação deve ser um bem social, defende a proposta da Fenaj de que os meios de comunicação devem ser operados por entidades sem fins lucrativos. Ainda como parte das inovações na política de comunicação, a proposta prevê a necessidade da desassociação do poder de outorgar concessões de canais de rádio e televisão das mãos do Executivo, através da criação de um Conselho Nacional de Comunicação.

Mesmo vendo, a cada nova etapa de trabalhos da Constituinte, projetos de democratização da política de comunicação serem barrados pelos conservadores, que incluem 75 constituintes concessionários de canais de rádio e televisão, Armando acredita na aprovação, ainda que com modificações moderadoras, da proposta da Fenaj. Ele lembra que caso a proposta consiga mais de 30 mil assinaturas, a Fenaj terá 20 minutos em plenário para expor as ideias defendidas. Armando promete "chumbo grosso" em cima dos constituintes.

Regionalismo

Segundo o professor Salomão, Amorim, ao se falar de democratização dos meios de comunicação, devemos pensar que isso implica em participação e acesso sem discriminações. Atualmente, o

processo de produção é localizado apenas nos grandes centros econômicos do País. Este fator, conclui ele, interfere não só no mercado de mão-de-obra como também na cultura das regiões.

Othon Jambeiro apresentou uma proposta de democratização da comunicação do Estado da Bahia elaborado por um grupo de trabalho da Fundação João Mangabeira. O trabalho aponta a falta de objetivo ou mesmo função social das secretarias de Comunicação da

Bahia, que pouco informam a população. Diante deste diagnóstico o grupo propõe três linhas básicas de ação: garantir o pleno direito à informação e à comunicação, estimular a democratização, a pluralidade e o desenvolvimento da comunicação social para atender as demandas da população e por último criar e desenvolver canais institucionais e democráticos de comunicação que permitam um fluxo permanente de informação entre a sociedade e o Governo.

Imprensa sindical, um passo na conscientização operária

Segundo os passos dos cursos de comunicação social do País, que quase sempre ignoram a existência da **Imprensa Sindical** como mais um meio de informação, o debate da professora Sílvia de Araújo, da Universidade Federal do Paraná, não atraiu um grande público, porém os que compareceram pareciam bastante interessados e até mesmo integrados ao tema.

As publicações sindicais que ao longo de sua história vêm sendo discriminadas em relação à "importância" atribuída à grande imprensa, são um instrumento de peso na mobilização das classes operárias. Segundo Sílvia de Araújo, a imprensa sindical deve ser repensada não como uma forma de comunicação alternativa, mas como uma publicação que tem um público leitor definido.

A diferença fundamental do leitor de um jornal sindical, afirma a professora, é que ele é um repórter em potencial, já que as denúncias e muitas das notícias partem dele ou do seu ambiente de trabalho. Porém, é necessário que o texto dessa publicação não fuja do vocabulário usual dos seus leitores. A partir desse ponto surge uma dúvida: quem deve redigir as matérias do jornal sindical?

Quem

A disputa para redigir os textos de jornais sindicais fica entre os jornalistas e as lideranças dos sindicatos. A questão fundamental que rejeita a redação dos jornalistas, é o fato destes usarem a imprensa sindical como o primeiro degrau de suas carreiras. Esta atitude implica num rodízio constante de profissionais na redação sindical, o que prejudica o desenvolvimento constante de uma linha de trabalho ou mesmo a preparação de um novo redator que deve familiarizar-se com siglas e expressões do sindicato e da categoria. Do outro lado da moeda, os jornalistas afirmam que os salários pagos pelos sindicatos não suprem suas necessidades financeiras. As lideranças sindicais se vangloriam de uma presença constante, mas pecam

por um texto mal elaborado.

História

A professora Sílvia de Araújo, no decorrer do debate, apresentou um trabalho desenvolvido pelos professores do Paraná sobre a imprensa sindical do Estado nas primeiras décadas do século. Em seguida fez uma comparação do que ela chamou de função, ou verbos de ação, utilizados pela imprensa daquela época e a de hoje.

No início do século, mais precisamente no Paraná, o que se pode encontrar de títulos de publicações sindicais, transparece duas linhas editoriais distintas: uma anarquista e a outra socialista. O perfil dos jornais anarquistas era baseado em duas funções, a de ser e a de querer, ser livre e querer levar aos trabalhadores a liberdade. Esta era uma proposta de transformação individual que pretendia chegar à união da categoria. Já o perfil dos jornais socialistas baseava-se nas funções de defender e lutar, e falavam em nome da classe operária como um todo para orientar a ação contra seus opressores.

O que se vê na atual imprensa sindical é uma preocupação básica mais voltada à uma mobilização da categoria do que propriamente trazer uma linha de ação direta e concreta. Diferindo da imprensa do início do século, que era espontânea e doutrinária, hoje as publicações sindicais partem de uma concepção de realidade imediata para a informação da categoria, pressupondo a existência de uma conscientização política do leitor.

Memória

A professora Sílvia de Araújo está à frente do movimento pró memória sindical e lembra que no Brasil há uma falta de consciência em relação à necessidade de documentação da história sindical. Trabalhando no Centro Pró-Memória Sindical do Paraná, ela pode constatar a grande precariedade de recursos que os pequenos sindicatos do Estado enfrentam. Por outro lado, a professora aponta a fuga dos sindicatos patronais de qualquer comprometimento com a verdadeira luta sindical do País.

Educação na Constituinte arranca aplausos e vaias

No simpósio "Educação e Constituinte" havia duas correntes que corriam soltas: a primeira girava em torno da destinação das verbas públicas exclusivamente para o ensino público — teriam as Universidades particulares direito a parte dessa fatia? — e a segunda sobre as Universidades públicas serem ou não necessariamente estatais. Os expositores arrancaram aplausos e vaias nesse simpósio que durou três horas.

Valéria Cristina

O Simpósio "Educação e Constituinte", que contou com a participação de Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha, da Universidade Federal Fluminense, José Arthur Giannotti, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, e Jacques Rocha Veloso, da Universidade de Brasília foi, sem dúvida nenhuma, um dos simpósios mais importantes da SBPC e o anfiteatro 12, que pareceu pequeno, ficou lotado do começo ao fim.

Foi uma verdadeira briga de ideologias para se conquistar o público, ansioso para discutir a questão da destinação das verbas públicas para o ensino no Brasil — Universidade Pública x Universidade Privada — e das universidades públicas serem ou não instituições estatais. Jacques Veloso e Luiz Antônio, concordam que as verbas públicas têm de ser gastas exclusivamente com o ensino público, pois "o dinheiro do povo deve ser gasto naquilo que é do povo".

Jacques fez uma pequena explanação sobre o que é e como é a educação no Brasil, tentando com isso justificar a canalização de mais verbas públicas para o ensino gratuito ao invés de se dividir com as instituições privadas o pouco que o Governo brasileiro destina à educação. O Brasil está atrás da maioria dos países da América Latina em questão de educação. Aqui, enquanto apenas três por cento do PNB é destinado à educação, na maioria dos países da América Latina, essa porcentagem é de 4 a 5 por cento do PNB. De acordo com Jacques, o ensino público tem que englobar não só as universidades, mas também as escolas públicas de 1º e 2º grau que são o foco do problema da educação no Brasil, devido à insuficiência de vagas e à falta de qualidade. Além

disso, há uma distribuição muito desigual de oportunidades educacionais no ensino superior, pois hoje somente a elite econômica e social do país consegue chegar às instituições públicas de ensino superior, relegando às universidades particulares a camada mais baixa, e portanto àqueles que têm menos condições de arcar com os custos.

O regime autoritário dos anos 60 é, segundo ele, o principal culpado pela elitização do ensino superior, pois antes do golpe militar, do endurecimento do regime e do AI-5, os ricos estudavam em universidades privadas e os pobres em universidades públicas. Se é assim, por que não acabar com o ensino público? Perguntou Jacques para logo após responder: porque no ensino público a pesquisa é imprescindível e no ensino privado ela não existe. Precisamos melhorar as bibliotecas, laboratórios e comprar equipamentos mais modernos para nossas universidades públicas e isso só é possível com a destinação de mais verbas públicas para o ensino superior gratuito.

Além de concordar com Jacques, Luiz Antônio disse que temos sofrido o efeito de uma infiltração do pensamento religioso em nossa sociedade. E preciso mudar a ideia de que "o Estado é o inferno e que a Sociedade Civil é o céu", pois desta última fazem parte, por exemplo, os latifundiários que estão utilizando o lobby para transpor suas ideologias para o novo texto constitucional. Luiz Antônio acredita que as instituições privadas merecem um espaço em nossa sociedade, mas elas devem ser mantidas por empresários e outros setores particulares, e não pelas verbas públicas do Estado. As instituições privadas de ensino procuram conquistar os constituintes através de conceitos distorcidos de que as verbas públicas devem ser destinadas também a

setores privados de ensino, desde que não sejam instituições lucrativas e que tenham como objetivo exclusivo a qualidade do ensino. "Se fosse assim, todas as farmácias, botecos e lanchonetes seriam públicas e mereceriam o subsídio do Governo", concluiu Luiz Antônio.

Giannotti

Já Giannotti discorda quanto à destinação das verbas públicas exclusivamente para o ensino superior gratuito. Ele acha que as universidades privadas poderiam receber verbas públicas desde que estivessem integradas num sistema de avaliação que assegurasse a qualidade do ensino e a pluralidade ideológica. Dessa forma, elas passariam a ter um comportamento público. Ele disse ainda que hoje o problema da educação no Brasil deve ser encarado de forma política e não mais como uma questão de princípios, e criticou a Constituinte dizendo que ela está cada vez mais lobbista e corporativa e que a futura carta, se comparada com o estatuto militar, vai nos dar saudade da atual Constituição.

Luiz Antônio e Giannotti sustentam opiniões diferentes sobre o que é universidade pública e estatal. Enquanto o primeiro acha que as universidades públicas e estatais, enquanto o primeiro acha que as universidades públicas são empresas estatais e que defender o "ensino estatal" não quer dizer que os ministros e o Presidente da República dominem as universidades, pois isso cabe à sociedade brasileira, o segundo acredita que na atual conjuntura não é possível que o ensino público se confunda necessariamente com o Estado. O fato dele estar submetido ao Estado não quer dizer que ele deva ficar nessa posição; ou seja, o fato do regime autoritário, através do Estado, impor normas à educação não quer dizer que o ensino público seja estatal.

JÁ ECOTOLHEU O SEU DIPLOMA, FILHINHO?



muito piores que as daqueles anos. As causas para essa disparidade são: a perda de qualidade (ao longo dos anos) das universidades públicas e particulares; os investimentos cada vez menores; a concentração dos recursos, de forma errada, em mãos dos reitores; a falta de instalações e equipamentos adequados à realidade sócio-econômica; baixos salários pagos aos docentes e a falta de estímulo aos estudantes.

Política

Para se resolver esses problemas, pelo menos em parte, é preciso introduzir o tema "Política" nas universidades, pois é impossível estudar, pesquisar e formar profissionais sem uma concepção sobre a nossa sociedade de hoje — extremamente política. Algumas das sugestões apresentadas foram: a ideia de uma Instituição Pública sem submissão ao Estado; a ideia de se resgatar a autonomia universitária, que tem que vir acompanhada de uma conexão com sindicatos e associações (que são organismos vivos da sociedade) com a sociedade de hoje para que se possa encontrar uma inspiração no redimensionamen-

to das pesquisas e objetivos das universidades e a necessidade de que a universidade, constitua mecanismos de avaliação, inclusive de si mesma, que a torne responsável perante a sociedade.

"A Universidade é uma espécie de supermercado, onde a classe média luta para adquirir/comprar uma profissão. Com essa afirmação, os expositores questionaram um Brasil contraditório, que é ao mesmo tempo o oitavo país do mundo em Produto Interno e o maior devedor do mundo e pediram também uma universidade onde o aluno é convidado a refletir com o professor e não apenas a ouvi-lo e a repeti-lo, pois pesquisar e opinar é importante.

No final do simpósio, uma solução para que as universidades encontrem o seu caminho rumo ao progresso: a necessidade de se acabar com o autoritarismo no Brasil, pois uma coisa é certa: a questão do ensino hoje é preocupante e se o Instituto de Pesquisa continuar se definindo lentamente como vem acontecendo desde 1964, o Brasil vai deixar de formar futuros profissionais.

acreditavam os antigos, mas é fruto de exercícios constantes de ler e escrever e vice-versa, na opinião da professora Edna Camille Blumenschein.

Para a professora Maria dos Prazeres Gomes, todo escritor segue um modelo, nem que seja apenas no início de sua carreira (por isso, de vez em quando, ou sempre, a gente tem a impressão de ter lido ou visto em algum lugar um texto, um

quadro...). Para ela, todo texto é uma interpretação de outros textos já lidos pelo autor, com um pouco mais de profundidade. A originalidade desse novo texto, na sua opinião, estaria na forma como ocorreria essa interpretação, esse aprofundamento.

Debate sobre drogas teve público bem interessado

Luiz Fernando Molina

O simpósio "Dependência das drogas", realizado na terça-feira, contou com um número muito grande de participantes, e na maioria jovens. A reunião de quase 200 pessoas em torno do assunto veio mostrar pelo menos dois aspectos em relação às drogas e o público em geral: por um lado reina ainda o obscurantismo, as informações existentes — científicas ou populares — são poucas. Por outro, existe um público basicamente jovem muito interessado no assunto.

O simpósio começou de uma forma bastante emperrada. Foram 30 minutos de atraso para o início, porque o projetor de slides não chegou na hora. Equipamento montado, foi anunciada a ausência do expositor Tércio Lins, ex-presidente do Conselho Nacional de Entorpecentes. Ele, que falaria sobre a dependência das drogas no Brasil, teve a sua participação cancelada devido à demora do CNPq em liberar a sua passagem aérea.

A primeira exposição ficou por conta de Moacyr Luiz Aizenstein, professor da Universidade de São Paulo, que falou sobre os aspectos moleculares da dependência das drogas. O professor Aizenstein começou por definir alguns conceitos básicos relativos ao assunto, para poder dar sequência à sua explanação.

Depois de esclarecida a diferença entre "tolerância" e "dependência", ele mostrou exemplos de diversos casos como a síndrome de abstinência de drogas como morfina, anfetamina, barbitúricos e álcool.

Vício do jogo

A segunda exposição foi da doutora Jandira Masur, professora da Escola Paulista de Medicina, que falou sobre os aspectos psicológicos e sociais da dependência das drogas. A professora começou citando o vício do jogo, uma dependência caracterizada inclusive como doença patológica. Falando sobre as razões que levam alguém ao consumo de drogas, ela ironizou aqueles que dão um tratamento simplista ao assunto, generalizando-o de forma arbitrária e irresponsável.

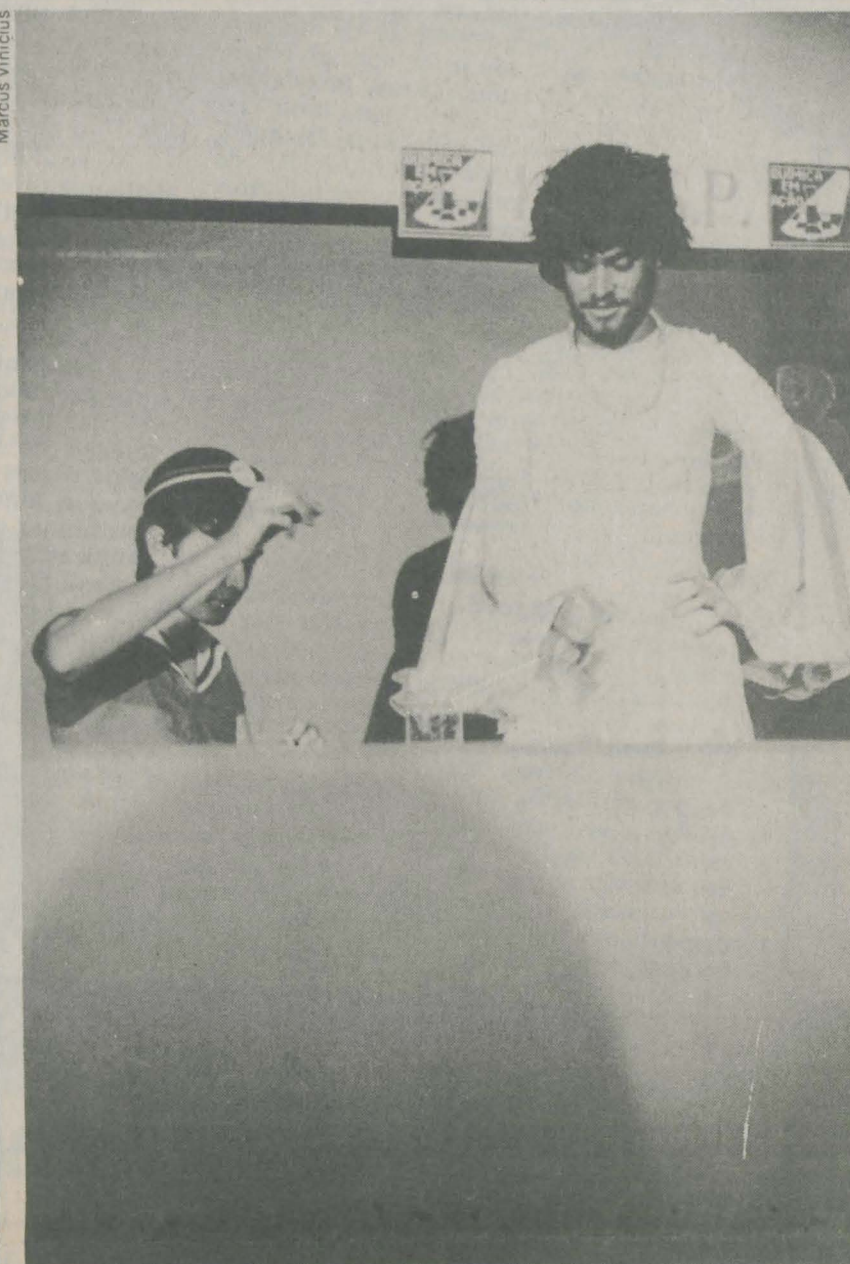
Diagnóstico e tratamento de dependência das drogas era o título da exposição de Valentim Gentil Filho, professor da USP. O professor Valentim mostrou os aspectos psiquiátricos do problema, assim como as consequências do uso de drogas na saúde e no comportamento dos usuários.

Encerradas as exposições, foram respondidas as perguntas que tinham sido encaminhadas por escrito, à Mesa. Foram doze perguntas, e cada expositor respondeu àquelas ligadas ao seu assunto. Quando perguntada sobre um possível tratamento para a dependência de drogas, a professora Jandira respondeu que, mais eficiente do que uma clínica, é a conscientização do dependente, da pobreza em que o seu vício lhe acarreta.



Para chamar a atenção do público valia de tudo. Assim os organizadores do Show de Química inovaram na maneira de apresentar suas experiências.

Até mesmo as crianças podiam entender alguns fenômenos físicos se visitassem a exposição "A Ciência ao alcance de todos".



O Grupo faz de tudo para mostrar que a Química é natural

Química em ação: o show deve continuar

Regina Elizabeth

Uma das apresentações mais concorridas durante a SBPC foi o Show de Química, que por três dias lotou o anfiteatro 14. Os responsáveis pelo show são 19 pessoas do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, que formam o grupo Química em Ação, sob a coordenação do professor José Atilio Vanin.

Alexandre Guimarães, estudante e componente do grupo, explica que o objetivo do show é melhorar a imagem da Química, que geralmente é associada à poluição. Mas, ao invés disso, sua opinião é de que "não existe uma luta da Química com a Natureza, mas do Homem contra a Natureza. É ele quem polui". Além disso, eles procuram mostrar uma forma alternativa de lecionar Química, e quem sabe, despertar vocações, já que o curso tem pouca popularidade.

O professor Vanin conta que começou a pensar no Química em Ação no ano em que entrou para a Faculdade — "nesta época eu descobri uma

literatura que mostrava exatamente este tipo de show, muito comum no continente norte-americano e Europa". Mas somente em 85 ele encontrou um grupo de calouros interessados em levar a ideia adiante. A primeira apresentação foi em setembro do mesmo ano.

No ano passado, eles tiveram oportunidade de levar o Show à SBPC em Curitiba. Com o sucesso, o grupo inicial de cinco pessoas se expandiu e chegou ao número atual. Os recursos vieram de algumas indústrias químicas, além do material que era conseguido nos laboratórios da USP. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, convidou o grupo a participar da Estação Ciência, tentativa de se formar um Museu de Ciência e Tecnologia. Mas o grupo não pára por aí, o professor José Atilio acha que eles têm que tentar se aperfeiçoar cada vez mais. Afinal, para ele, "a Química é a ciência básica que mais imediatamente se aplica ao cotidiano".

A Física, afinal, ao alcance de todos

Nílva Rios

No universo das fórmulas, números, cálculos, o leigo também teve vez durante a 39ª reunião da SBPC graças à realização da exposição "A Ciência ao alcance de todos", promovida pelo CIC - Centro Interdisciplinar de Ciência da USP.

O objetivo maior da exposição foi mostrar de maneira simples a importância da Física e seus fenômenos a diversos tipos de públicos: crianças, adultos, pessoas idosas, leigos ou não.

O motivo dessa diversidade de público foi sem dúvida a maneira como a exposição foi montada. Eram peças simples que explicavam vários fenômenos físicos com os quais convivemos cotidianamente como, por exemplo, força de atrito, força dos ventos e da água.

Dois experimentos chamaram mais a atenção do público: a boneca fumante, um pouco perdida no meio de tanto fio, discos estroboscópicos, monjolos, e o

foguete. Através de processo simples e material transparente, foi possível visualizar o processo respiratório de um não-fumante e de um fumante, podendo constatar a nicotina do cigarro depositada nos pulmões da boneca, de maneira clara, com apenas cinco tragadas.

O foguete, protótipo rudimentar, mostra como se processa o lançamento de um foguete de verdade e a diferença de estar ou não com carga. No caso, utilizou-se água para mostrar que ela funciona como elemento propulsor, pondo-se em prática a chamada Lei do Empuxo, de Arquimedes.

O público participou. Observando atentamente ou até "atrapalhando", como foi o caso de uma senhora já de idade, que soprava por cima do ombro de um dos monitores quanto tentava demonstrar a força que agia sobre um pêndulo. Para eles, isso foi apenas uma forma de resposta dada pelo público, que para Ari, é necessário quebrar o "rigor" da Ciência com certa dose de humor.

Gramática de um lado, texto de outro

Nílva Rios

Um dos maiores problemas no ensino de redação hoje no país é a dissociação entre a gramática e o próprio texto, na opinião da professora Elaine Caramella, da PUC-SP, coordenadora do simpósio "Ensino de redação: do impossível ao viável", que contou ainda com a presença de mais três professoras da PUC-SP.

Segundo a professora, essa situação é agravada pelo despreparo no ensino de primeiro e segundo graus e a forma como o secundarista chega à universidade. Na PUC de São Paulo, como Elaine revelou, em geral, em todo vestibular ocorre o fenômeno do "rebolão". Por não se preencher o número de vagas com os can-

didatos classificados pelo menos com o mínimo de pontos necessários — pois sempre os primeiros classificados também são aprovados nas universidades estaduais e federais — acabam ingressando na faculdade candidatos que tiveram notas inferiores a zero, simplesmente para preencher as vagas oferecidas, já que uma faculdade particular sobrevive do dinheiro das mensalidades.

A falta da prática, tanto da leitura como da redação, faz com que o aluno cada vez leia e escreva pior. Ter modelos é uma alternativa nesse "arduo" aprendizado, pois hoje escrever não se consegue só com inspiração divina, como

Energia Nuclear longe do domínio militar

Valéria Cristina Castanho

De início, com o anfiteatro bem vazio, parecia que o Simpósio "A Questão das Armas Nucleares na América Latina", não prometia muita coisa.

Os expositores chegaram tarde e as discussões começaram com 40 minutos de atraso. Porém, com menos de meia hora de exposição, a plateia começou a se animar e o local foi ficando cada vez menor para o público que chegava e ia tomando as cadeiras.

O ponto nevrálgico da discussão foi muito mais o controle da tecnologia nuclear pelos militares, principalmente no Brasil e na Argentina devido ao recente tratado de colaboração mútua na questão de desenvolvimento nuclear assinado pelos dois governos, do que o desenvolvimento dessa tecnologia, "que é até um certo ponto necessária" de acordo com o coordenador Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Eu não confio nem nos militares brasileiros e nem nos militares argentinos. Eles não têm uma boa tradição". Pinguelli disse ainda que "nós não devemos nos negar essa tecnologia", porém ela deve estar de acordo com as aspirações da sociedade civil, e tem que ser desenvolvida com limites restritos para não por em risco a segurança do mundo. Países como Estados Unidos e União Soviética extrapolaram os limites de desenvolvimento nuclear, impondo medo e perigo em todo o mundo. De acordo com Luiz Pinguelli, "nós devemos negar esse direito de suicídio coletivo".

Candotti

Já Ennio Candotti, também de UFRJ e vice-presidente da SBPC, baseou sua exposição em três pontos básicos: a pesquisa científica não pode ser de maneira nenhuma sigilosa, mas sim transparente e que cresça num meio aberto e controlado por todos; a energia nuclear não pode ser controlada por militares, que se apropriaram dela desde o seu nascimento em laboratórios científicos, embora sempre houvesse grande resistência por parte da sociedade civil; e, ainda, a justificativa do armamento nuclear como meio para garantir a paz é contraditória, pois ela se baseia na exclusão de

que haja outros meios para garanti-la. Ennio deixou claro que "se não houver ampla discussão e aceitação desses três pontos, espera-se que o Brasil se comprometa a não fabricar armas nucleares". Ele disse ainda que no caso da construção de bombas de grande porte, os potenciais inimigos deveriam ser informados quanto ao alcance da arma e citou como exemplo o caso Estados Unidos X URSS, onde os segredos em relação a essa questão eram mantidos pelos políticos. Contudo entre os cientistas esses segredos não existiam e eles se comunicavam entre si. Ennio criticou também o tratado entre Brasil e Argentina, pois nele não constou o fator de supervisão mútua entre os dois países, e disse que todo o esforço para levar brasileiros e argentinos a chegarem a um entendimento para lutarem contra armamentos, não é em vão.

A essa altura, uma menina de aproximadamente três anos que, inocentemente, começou a rabiscar o quadro negro, mereceu o seguinte comentário de um repórter da revista Veja: "O argumento contra as bombas atômicas está rabiscando o quadro negro".

Finalmente, o jornalista William Waak (pós-graduação em armamentos nucleares na Alemanha) disse que o problema da proliferação na questão nuclear, tão defendido pelos países desenvolvidos como significado de que algo extremamente perigoso pode continuar outros países e causar uma desestabilização internacional, não passa de uma armadilha para negar aos países latinos o direito de se desenvolverem na área da tecnologia armamentista. Porém, os países da América Latina (Brasil e Argentina) têm deixado de lado a questão da rivalidade e lutado juntos para conquistar uma posição autônoma de direitos internacionais para que possam tomar suas próprias decisões.

A questão é: será que compensa lutar tanto para termos o direito de nos armarmos contra nós mesmos? Onde vamos chegar aplicando recursos que poderiam alimentar milhões de pessoas em construção de bombas nucleares?

Aids pode ser a peste dos anos 80

Regina Elizabeth

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, SIDA ou AIDS, como é mais conhecida, manifestou-se pela primeira vez por volta de 1980 em Nova Iorque e Los Angeles. O professor Hélio Gelli Pereira, da Fundação Oswaldo Cruz, acredita ser provável que os primeiros casos de AIDS nos Estados Unidos tenham surgido entre 1978 e 1979. No Brasil, ela só chegou por volta de 1982. Os grupos mais afetados em todos os casos eram os homossexuais masculinos e os indivíduos que recebiam transfusão de sangue.

O professor Hélio conta que com a descoberta do vírus, o caminho para a pesquisa foi aberto e se estendeu rapidamente. Há três maneiras de infecção pelo vírus: através do sangue, do esperma e a

Liberação sexual, injeção de drogas com material contaminado, transfusão de sangue, ainda são os principais motivos de transmissão do vírus.

transmissão de mãe para filho. No Brasil, a AIDS ainda afeta principalmente os chamados grupos de risco, e na grande maioria, os homens.

É interessante observar que enquanto na América do Sul, Europa e EUA a doença incide principalmente na população masculina, na África a proporção homem/mulher é de 1 para 1. Segundo o professor, ainda não se sabe determinar o porquê, mas provavelmente a causa deve ser a maior promiscuidade. No Brasil, a infecção em mulheres é na maioria das vezes devido à utilização de material contaminado na injeção de drogas.

Por ser uma doença nova, a AIDS levanta algumas dúvidas que o professor esclarece: "A hipótese do vírus ter vindo da África é combatida por falta de provas. É provável que o vírus já existisse na humanidade, só encontrando condições próprias para seu desenvolvimento com a liberação sexual dos anos 70."

E pouco provável que o vírus seja transmitido por mosquito, devido à pequena quantidade de sangue envolvido numa picada. (o doutor Nelson Mendes, da Escola

Paulista de Medicina, diz que o vírus já foi detectado em inseto, mas este morre antes de transmitir).

Não há evidência da origem da AIDS a partir de vírus já existentes, nem de ser um produto de laboratório.

A situação do Brasil hoje pode ser comparada à dos EUA há três ou quatro anos atrás, em relação ao número de casos. O que não se pode mais conceber, segundo Gelli, é que ainda ocorram casos de transmissão pela transfusão de sangue, com inúmeros recursos já existentes. Porém, ele acredita que o governo está empenhado em acabar com essa situação, ao contrário do que ainda se pensa. O mais difícil, conclui o professor, é controlar a transmissão pelo ato sexual.

Um grande problema é que nem sempre a doença se manifesta no portador do vírus. Este, que é denominado "portador assintomático", transmite a doença e se constitui no maior grupo dentro do gráfico numérico de casos. O doutor Mendes afirma que não há perspectivas de descoberta de uma vacina, e que a preferência está sendo dada a pesquisas para o prolongamento da vida do doente.

Proálcool é ruim e deve acabar

Valéria Cristina Castanho

No simpósio multi-disciplinar "Crise Energética", realizado por ocasião da SBPC, o professor Bruce Johnson, da USP, com o seu trabalho "Petróleo x álcool: realidade, preço econômico e preço social", disse que se o programa "Proálcool" não for levado mais a sério, de acordo com as reais necessidades do Brasil, é melhor que ele seja extinto pelo Governo.

De acordo com Bruce, a ineficiência do programa de desenvolvimento do álcool está no fato de ele só adotar um critério, ao invés de vários — necessários para o bom desempenho desse tipo de trabalho no Brasil. O único critério adotado é o quanto de álcool deve se produzir; porém, para um programa como o Proálcool, deveria se pensar também na produtividade da lavoura de cana-de-açúcar, na sua eficiência econômica, num programa que fosse socialmente justo e numa distribuição equitativa dos prejuízos e dos benefícios sociais do programa.

A verdade é que enquanto um barril de gasolina custa 30 dólares, um barril de álcool custa 45, sendo que ele somente chega ao consumidor por um preço mais baixo devido ao subsídio do Governo. Como foi cansativamente exposto no simpósio, o Brasil poderia já ter ultrapassado essa crise caso tivesse mais tecnologia nacional para explorar melhor seu petróleo, pois, de acordo com o expositor Guilherme de Oliveira Estrella, o Brasil é um País privilegiado, onde, dos seus 9 milhões de quilômetros quadrados, pelo menos 5 milhões são áreas sedimentares, isto é, propícias ao desenvolvimento do petróleo.

Tendência

Atualmente, o Brasil produz cerca de 615 mil barris de petróleo por dia e de acordo com pesquisas realizadas, a tendência é que no ano 2000 a demanda por esse combustível chegue a 1 milhão e 900 mil barris por dia. Sendo assim, o Brasil tem apenas 12 anos ou menos para desenvolver uma tecnologia de produção que atenda a demanda do século XXI. Além disso, com o desenvolvimento dessa tecnologia nacional, o Brasil estará não só solucionando o problema do combustível como também o do consumo de energia no País, pois o petróleo participa de 34,5% desse total, sendo que a eletricidade entra com 34%, a biomassa com 27% e o carvão com 4,8%.

Outros pontos discutidos no simpósio foram o desinteresse do consumidor e das empresas estatais pelo tema "energia", pois esses segmentos da sociedade estão muito mais preocupados com os serviços que ela pode lhes trazer do que com a importância dela para o desenvolvimento do País, e também a necessidade de reestruturação do sistema de energia com o emprego de meios alternativos, dando-se maior destaque não ao esgotamento físico dos recursos que dispomos, mas sim de um maior aproveitamento dos que temos, pois mais de 30% desses recursos são perdidos antes que cheguem na fase de consumo.

O Universo, um grande jogo de partículas

Valéria Cristina Castanho

"Elétrons, prótons, nêutrons, quarks, todos esses elementos minúsculos que formam a matéria são partículas, reunidas por forças. Quanto mais penetramos no interior pequeno, mais os movimentos são rápidos, mais as forças são violentas: a dança do Universo. O Universo: um grande jogo de partículas."

A exposição francesa "A Dança do Universo", inaugurada em Brasília, na 39ª Reunião da SBPC, é uma tentativa de apresentar a física das partículas elementares em poucas palavras, juntamente com pinturas de artistas conhecidos. A exposição é fruto de uma colaboração, ao longo de dois anos, entre artistas, cientistas e não-cientistas e até mesmo amadores, pois de acordo com sua organizadora, Marie-Simone Detouff, este foi o único meio encontrado para falar de uma questão científica que estivesse ao alcance de todos: entendidos e leigos.

La Danse de L'Univers, em seu título original, nos remete a um mundo de magia e poesia, onde são usadas poucas palavras, pois as pinturas evocadas para explicar o infinitamente pequeno, que de acordo com Detouff "tem muito

haver com o infinitamente grande do universo", falam por si só. Quase que idilicamente, as imagens retratadas nos quadros de artistas famosos nos guiam progressivamente através de seus 26 painéis, ao mundo das partículas, onde o visitante é convidado, através de sua sensibilidade e inteligência, a compreender melhor o mundo. "No início timidamente; depois, pouco a pouco, como as melhores e finalmente como as únicas imagens possíveis que se abrem para a vida".

Filmes

A Dança do Universo é enriquecida ainda com filmes científicos franceses e reportagens sobre o avanço da ciência, que são exibidos ao longo da exposição. Na SBPC, La Danse de L'Univers ficou aberta de segunda a sábado, sempre com uma grande audiência, que não cansava de elogiar os quadros minuciosamente ajustados aos pontos da exposição. Sem dúvida alguma, a exposição alcança seu objetivo primordial: ou seja, dirigir-se às pessoas que se questionam sobre o Universo; às pessoas que, sem ponto de referência, sem chave de entrada, desejam compreender o mundo que as cerca; ou pelo menos procuram onde e como fazer suas perguntas à ciência e aos cientistas.

A exposição faz parte do Projeto França-Brasil (1986/1988) e além de Brasília, percorrerá também outros estados, devendo voltar para a capital brasileira, e mais especificamente à UnB, onde, a convite do reitor Cristóvam Buarque, poderá ficar definitivamente.

Marcus Vinicius



Saúde só vai melhorar com mudanças radicais

Ceci Almeida

O movimento pela democratização da saúde emergiu também na 39ª Reunião da SBPC deixando claro, mais uma vez, que a viabilidade de uma sociedade democrática só pode ser assegurada por uma produção científica comprometida com as causas populares. Através de uma série de debates, seminários, cursos e sessões de comunicação, a bandeira do sistema único de saúde, antes vaga e pouco consistente, foi levantada, polarizando a atenção dos participantes por sua grande relevância. A questão da saúde do trabalhador, da mulher, o controle das grandes endemias, a questão da defesa do consumidor e o controle da qualidade, a política de medicamentos, a formação de recursos humanos, e o meio ambiente, foram alguns dos assuntos levantados nessa reunião.

De todos estes temas, no entanto, fica sempre a mesma constatação: a situação de saúde da população brasileira exige medidas

drásticas, de mudança total, da adoção de políticas que levem a mudanças efetivas no sistema, começando pela unificação dos serviços federais e por um processo de descentralização, através da criação de sistemas estaduais e municipais dos serviços de saúde.

Gastos

O Brasil gasta hoje apenas 1,9% do PIB com saúde e a atual Constituição menciona apenas uma única vez a palavra saúde. Não é preciso dizer que, em meio à crise econômica e política, que vem atingindo sérias proporções nos últimos dois anos, a epidemia de fome aumentou assustadoramente entre as famílias de trabalhadores do campo e da cidade. E para se contrapor à fome e à caótica situação de saúde da população brasileira, o governo lança mão de programas paternalistas de distribuição de alimentos e remédios, buscando a promoção política de seus patrocinadores e a manipulação dos mecanismos de organização popular.

A Reunião da SBPC surge também para denunciar este quadro e exigir que a Constituinte não sirva justamente aqueles que fazem oposição à transformação do sistema de saúde.

Uma das polêmicas levantadas, a polarização entre estatização e privatização do sistema de saúde, constitui, na verdade, uma falsa questão, pois o projeto de reorganização do sistema deve apoiar-se na premissa de que a saúde é um bem público e responsabilidade do Estado. Para assegurar o acesso da população aos serviços de saúde, o Estado deve estabelecer novas relações com o setor privado, garantindo a fiscalização dos serviços prestados. Neste sentido o processo constituinte é fundamental. Uma formulação equivocada da Carta Constituinte poderá pôr a perder todo um processo já iniciado de mobilização popular que quer romper com o tradicional sistema e garantir a unificação e o acesso equânime dos cidadãos ao sistema de saúde.

O fumo só faz bem pro bolso do País

Regina Elizabeth

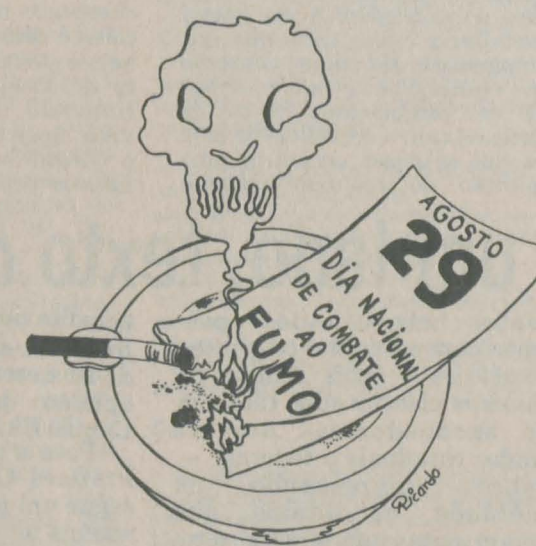
No Brasil cerca de 15 por cento do total arrecadado com o fumo é gasto em internações no INAMPS de pacientes com doenças decorrentes do tabagismo. Apesar disso, o doutor Germano Gerhardt, do Ministério da Saúde afirma que a única legislação em vigor, de caráter nacional, é a de criação do Dia Nacional de Combate ao Fumo, em 29 de agosto.

"Saúde não é não ter doença. É muito mais do que isso". A afirmação é do doutor Thomas Szege, da Associação Médica Brasileira, para quem não pode existir saúde junto com o fumo, uma vez que o cigarro é o poluente ambiental mais nocivo para o homem.

A fumaça do cigarro tem mais de quatro mil substâncias tóxicas conhecidas que, segundo o Dr. Szege, penetram no organismo do fumante tanto através

do contato manual (torna o dedo amarelado), quanto "é um multitóxico que atinge o organismo humano como um todo" (pode-se encontrar em qualquer parte do corpo substâncias do cigarro). "O fumo causa dependência orgânica e psicológica. Não é hábito, é vício", continua Thomas.

Júlio Ribeiro, da Talent



Comunicações, acredita que "o Brasil é um paraíso para as companhias tabagistas". Ele decidiu abrir sua própria agência de propaganda no momento em que optou por não produzir comerciais de cigarro. Júlio conta que nos EUA as entidades de proteção à saúde conseguiram se mobilizar e veicular comerciais na TV de combate ao fumo. Para ele, "o que a gente precisa é de uma legislação que nos proteja".

Tributação

Jimir Doniak, auditor fiscal do Ministério da Fazenda e coordenador do sistema de tributação, afirma que o cigarro é hoje o produto mais tributado no Brasil, rendendo mais ao Governo do que a venda de automóvel. Para isso, basta levar em consideração que 76,59 por cento do valor do cigarro é de imposto. Além disso, o fumo é um dos principais produtos de exportação do país.

Para Júlio Ribeiro, a História do Brasil pode ser comparada a um conto de fadas, onde só existem reis, rainhas, príncipes e princesas, não aparecendo em nenhum momento o povo. "O Brasil é a sétima economia do mundo. Muito bonito economicamente, mas socialmente muito feio". Ele lembra que se encontramos proibições ao fumo em certos ambientes fechados não é pelo respeito às pessoas, mas porque "o descuido ao fumar é a segunda razão de incêndio no mundo".

Jornal Laboratório do Departamento de Comunicação

Editor-Chefe: Telma Regina Pavarino
Editores: Adriana Vasconcelos, Ana Helena Rossi e Giselle Chassot

Repórteres: Andréa Quintiere, Ceci Almeida, Eumano Silva, Luis Fernando Molina, Marcus Vinicius B. Lopes, Maria Thereza Ribeiro, Nilva Rios, Regina Elizabeth, Ricardo Miranda, Roselle Amorim, Valéria Cristina Castanho, Valéria Borges.

Repórteres Fotográficos: Luiz Antônio Gomes, Marcus Vinicius, Paulo Cabral.
Professores responsáveis: Hélio Marcus Doyle, Murilo César Ramos (reportagem, redação e edição), Maria Rita Leal (projeto gráfico e arte).
Diagramação: Chico Amaral
Ilustração: Ricardo Miranda Filho
Secretária de Redação: Dália Maia de Oliveira
Composição, revisão e impressão: Jornal de Brasília